



Anais da Assembleia

Nº 18

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1991
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Georg Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Nilton César Servo, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, Durval Amaral, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin e Severino Félix (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 011/91

Curitiba, 11 de março de 1991.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao § 1º, do artigo 2º, da

Lei nº 9.371, de 24 de setembro de 1990.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa é oportuno e necessário e decorre da exposição de motivos adiante transcrita, apresentada pela Secretaria de Estado da Administração:

"A Lei nº 9371, de 24 de setembro de 1990, cujo artigo 2º foi regulamentado pelo Decreto nº 7366, de 24 de outubro de 1990, facultou aos funcionários do Quadro Geral enquadrados na Tabela II (30 horas) do Anexo II da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, integrar a Tabela I (40 horas) do referido anexo.

Considerando que:

1. A opção pela Tabela de 40 horas implicaria em um acréscimo de 33,33% ao salário dos optantes, diferença que foi demonstrada aos servidores por ocasião do encaminhamento dos formulários de opção.

2. Na época da assinatura do Decreto nº 7366, era observada em todos os níveis salariais a proporcionalidade de 33,33% entre as tabelas de 30 e de 40 horas. Entretanto, o parcelamento da data-base ensejou grave desajuste na estrutura das tabelas, já que o salário-mínimo - abaixo do qual nenhum servidor pode ser remunerado - vem recebendo correções mensais até superiores à inflação, como ocorreu no mês 01/91, cujo índice foi de 39,48% (trinta e nove vírgula quarenta e oito por cento). Com isto, muitos valores da tabela, tanto de 30 horas como de 40 horas, ficaram abaixo do salário-mínimo.

3. O índice de reajuste das tabelas do Quadro Geral, para janeiro/91, foi de 20% e dos 1.609 funcionários que se manifestaram favoráveis ao aumento de carga horária e, conseqüentemente, de salário, 91%, ou seja 1.471 serão prejudicados com essa alteração, pois, passarão de uma jornada de trabalho de 6 para 8 horas diárias e receberão o salário-mínimo.

Com base no exposto, julgamos conveniente o encaminhamento da minuta de anteprojeto de lei que posterga a vigência do enquadramento na tabela de 40 horas.

Em decorrência, os servidores serão novamente consultados sobre o interesse em optar pela jornada de 40 horas, tendo em vista a instabilidade da política de salários, tanto a nível federal como estadual, que impossibilita assegurar aos optantes a proporcionalidade de 33,33% entre as tabelas.

Dessa forma, a nova situação seria implantada no mês de junho/91, quando estariam incorporadas à tabela salarial as

cinco parcelas referentes à data-base, resguardando-se o interesse do Estado e evitando prejuízo aos servidores".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O § 1º, do art. 2º, da Lei nº 9371, de 24 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - A integração a que se refere este artigo será efetivada a partir de 1º de junho de 1991".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a indicação do Deputado Edison Silva Lino para, em nome deste Poder representá-lo nas festividades do município de Grandes Rios, que realizar-se-á amanhã, dia 14 de março, sem ônus para este Poder.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Ofício:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Curitiba, 28 de fevereiro de 1991.

OFÍCIO Nº 01/91

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência, que em data de 28 de fevereiro do corrente, foi instalada a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para a qual por deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao Nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indignei a funcionária Idília Débora Gineste, para desempenhar as funções de Secretária desta Comissão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e alta consideração.

Atenciosamente,

(a) CLEITON KIELSE

Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência de votação para proposição nº 28/91, veto do Senhor Governador do Estado do Projeto de Lei nº 002/91.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subacreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a Vossa Excelência, seja incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão plenária de amanhã, dia 14 do corrente, o Projeto de Lei nº 010/91, que transfere a administração do FDE para o BANESTADO, matéria esta com Regime de Urgência aprovado desde o dia 04 deste mês, sem que sobre a mesma tenham as Comissões emitido o competente parecer, incorrendo, assim, na disposição da alínea "c" do art. 183, do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do projeto de lei nº 21/91 por ter ~~expirado~~ o prazo do regime de urgência.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 028/91, aprovado em 2ª discussão nesta data, sem emendas.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, considerando as graves denúncias levantadas contra o governo Álvaro Dias, veiculadas nos principais órgãos da imprensa paranaense e nacional, considerando ainda, que é dever indelegável deste Poder Legislativo zelar pela lisura e transparência da administração pública, REQUER, ouvido o Plenário, seja convidado para depor perante esta Casa, o senador José Richa, a quem são atribuídas as declarações publicadas.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) WALDIR ROSSONI.

Apoiamento: Rafael Greca de Macedo, Luiz Carlos Alborghetti, Élio Rusch, Duílio Genari, Domingos Carvalho, Nelson Justus, Dalton Machuca, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra e Colombino Grassano.

REQUERIMENTO N° 346

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao D.E.R. (Departamento de Estradas de Rodagem), no sentido de colocar mais ônibus, na Linha Curitiba - Sta. Mônica, no município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Com o aumento da população no Jardim Santa Mônica município de Piraquara, se faz necessário, a criação de mais horários na linha, especialmente nas horas de "pico". Atualmente os ônibus demoram em média 50 minutos, fato que atrapalha muito a vida de todos que dependem do ônibus.

REQUERIMENTO N° 347

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche Risoleta Neves, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência a Digníssima Senhora Presidenta Maria de Fátima Tapia Jorge, Rua D s/n°, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucra-

tivos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Risoleta Neves, em Umuarama vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade tem desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 348

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche Risoleta Neves, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Nilson de Almeida, Rua Bandeirantes, s/n°, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Risoleta Neves, em Umuarama vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 354

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche São Cristóvão, Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Oswaldo Lourenço Lucio, Rua Santa Clara, n° 2413, Cohapar 02, Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche São Cristovão, em Umuarama vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 355

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Cemic Recanto do Amor, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência a Senhora Presidente Eugênia Ceranto, Rua Bararuba, n° 2835, Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Cemic Recanto do Amor, em Umuarama vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 356

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Su-

perintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche Casa da Criança, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente José Sebastião do Nascimento, no Parque Jabuticabeira, Rua B com Rua C, Umuarama - Pr.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Casa da Criança, em Umuarama vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 357

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Cemic Pingo de Gente, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Cemic Pingo de Gente, em Umuarama vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 358

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Sebastião Rodrigues Pimentel, no sentido de garantir aos moradores da Região Norte de Londrina um bom atendimento médico no Hospital "Dr. Anísio Figueiredo".

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Prefeito e à Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

O hospital Dr. Anísio Figueiredo acumula contra si uma longa lista de queixas e reclamações, pela má prestação de serviços médicos e ambulatoriais aos pacientes que o procuram.

A discussão sobre este problema envolve toda a comunidade e são raros os dias em que o Hospital não é denunciado pela imprensa. Faltam médicos, faltam leitos e falta uma boa administração.

A Região Norte se vê privada do bom atendimento hospitalar que lhe é devido.

A expectativa é que esta situação seja solucionada, pelas autoridades estaduais.

REQUERIMENTO N° 353

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a APMI - Creche Anjo da Guarda, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência a Senhora Presidente Ione Maria Paenkines, Rua José Teixeira D'Ávila, Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que APMI - Creche Anjo da Guarda, em Umuarama vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconheci-

mento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Ilustríssimo Senhor Comandante Geral da Polícia Militar, no sentido da criação e instalação de uma Batalhão dessa Companhia a ser sediado na municipalidade IRATI.

Circunscrito ao Comando de Ponta Grossa, mais do que nunca é imperioso promover a efetiva descentralização dos organismos policiais, a fim de que os mesmos atuem de modo mais ágil e eficiente. Desta forma, a implantação de uma unidade sediada em IRATI através de um Batalhão, sem nenhuma dúvida que possibilitará corresponder à altura do seu porte territorial, proporcionando maior segurança e tranquilidade aos mais de duzentos mil moradores distribuídos em outras cidades circunvizinhas.

Por tratar-se de um justo e antigo pleito da Região Centro-Sul, feita através das suas autoridades constituídas, aguarda-se um pronunciamento favorável a respeito.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 352

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche Recanto da Criança, em Umuarama - Lovat.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Francisco Ribeiro de Lima, Rua Londrina, s/n° - Lovat.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama - Lovat. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Recanto da Criança, Lovat vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 351

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche Arco Iris de Vila Alta, Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência a Senhora Presidenta Idalina Lucena, Rua Curitiba, s/n° - Vila Alta.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama - Vila Alta. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Arco Iris de Vila Alta, vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 350

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche Recanto dos Pequenininhos de Perobal.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Vereador José Evangelista de Albuquerque, Rua Guilherme Bruchel, em Perobal.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os

setores para as famílias carentes do município de Perobal. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Recanto dos Pequenininhos, em Perobal vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 349

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Amélia de Almeida Hruschka, Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Creche Inacia Dutra Duarte, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Geraldo Donatti Gomes, Rua Nereu Ramos c/ Palmeiras - Jd. Panorama, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Inacia Dutra Duarte, em Umuarama, vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido que sejam construídas em caráter emergencial as pontes e aterros sobre os rios:

Garoa - Estrada Ouro Verde 7,0 m

Garoa - Estrada dos 90 10,0 m

Água da Juruna 5,0 m

destruídas pelas recentes chuvas que se

abateram sobre o Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) HEINZ HERWIG.

JUSTIFICATIVA:

O município de Tapira tem sua economia alicerçada quase que exclusivamente na atividade agropecuária com uma produção de algodão e feijão basicamente cultivados por pequenos agricultores.

Com os altos índices pluviométricos registrados neste início de ano ocorreram a destruição de várias travessias de rios (pontes e aterros) e dentre as mais graves estão aquelas citadas no requerimento inicial pois estão dificultando e até mesmo impedindo a retirada da produção na região.

REQUERIMENTO N° 370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja solicitado dos titulares das pastas ou órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, inclusive dos Poderes Judiciário e Legislativo, o envio de certidão ou cópia de todos os contratos de locação de mão-de-obra, especialmente dos serviços de limpeza, asseio e conservação e de vigilância, celebrados pelos mencionados órgãos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O nosso País é detentor, dentre outras, de uma triste marca: a de ser o último País a banir o trabalho escravo. O desenvolvimento da humanidade, a consciência da importância do trabalho desenvolveram-se; o respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana estão consagrados em todas as constituições dos Países democráticos.

Atentos contra todas as formas que impedem a plena vigência desses princípios e visando coibir as ações que atentem contra a dignidade e liberdade da pessoa humana, diversos Países, dentre eles o Brasil, tornaram-se signatários de inúmeros tratados elaborados pela Organização Internacional do Trabalho. Em dois deles, a OIT tratou de uma nova forma de exploração de mão-de-obra - de números 87 e 122 - que impedem a atividade denominada "merchandise" ou seja, a locação ou intermediação de mão-de-obra, na qual determinada empresa interpõe-se entre o tomador de serviços e o trabalhador, fazendo surgir uma mais valia em sua forma vergonhosa e repugnante que é a dupla exploração do trabalhador: pelo tomador e pelo locador da força de trabalho.

Utilizando-se de um permissivo legal (a lei n° 6.019/73), que trata do trabalho

temporário, no qual empresas especializadas podem locar mão-de-obra nos casos específicos de atendimento à demanda excepcional, transitória, e para suprir pessoal regular da empresa tomadora), surgiu e desenvolveu-se em nossa Pátria uma verdadeira rede de empresas que utilizam-se desta legislação para promover a locação de mão-de-obra em caráter permanente.

Por outro lado, empresas tomadora, notadamente agentes financeiros e estatais, visando desobrigar-se do pagamento de vantagens e direitos conquistados pelas respectivas categorias profissionais, ou para fugir de restrições que impedem demissões arbitrárias, contratações por concurso público e outras, passaram a utilizar-se destas empresas, principalmente para exploração dos trabalhadores mais humildes.

Pior: através do tráfico de influência constituíram-se empresas locadoras de mão-de-obra com o objetivo principal de atender agentes públicos, no qual o Estado com a justificativa de contratar serviços de limpeza, conservação ou vigilância para os empresários muitas vezes repassam a tais empresas 2 a 5 vezes o valor do salário pago aos trabalhadores que executam estas tarefas.

As empresas locadoras têm sido sistematicamente condenadas pela justiça do trabalho em virtude da violação dos direitos mais elementares da classe trabalhadora. Os tribunais especializados estão abarrotados de ações que denunciam o não recolhimento de contribuições sociais, a ausência de anotação em carteira de trabalho, faltas de pagamento de salários, fraudes de toda a sorte.

Muitas empresas que inclusive prestam serviços em empresas e órgãos públicos têm sido denunciadas até por violência física contra trabalhadores.

Diante disso, considerando-se o mandamento constitucional previsto no artigo 1° da Carta Magna, torna-se imperativa a pronta ação do Poder Legislativo no sentido de esclarecer as condições de contratação de serviços pelo Poder Público Estadual, e de fazer valer e respeitar a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e os princípios da administração pública, impondo-se como necessário o acatamento ao ora solicitado.

REQUERIMENTO N° 374

Senhor Presidente.

Considerando insistentes notícias que tem sido veiculadas por órgãos da imprensa brasileira e paraguaia, no que diz respeito a situação atual do Banco Del Paraná, em Assunção, Paraguai!

Considerando que essas notícias dão

conta de graves irregularidades na emissão de cheques bancários e desvios de vultuosas importâncias em dólares e, considerando, ainda, insistentes rumores de que a sobrevivência do banco em sua fase atual, deve-se, tão somente a operação irregular de dólares no paralelo:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma comissão externa, composta por 4 (quatro) deputados, com a atribuição de se deslocar, com ônus para esta Casa, até Assunção, para levantamento, in loco, do problema. (R.I. Artigo 34 item III e Artigo 40).

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) NILTON SERVO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Mário Bezerra, João Iensen, Hermas Brandão, Costenaro Neto, Rafael Greca de Macedo, Arlindo Troian, Antônio Annibelli, Colombino Grassano, Rossoni, Élio Rusch, Dalton Machuca, Duílio Genari e Nelson Justus.

REQUERIMENTO N° 360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora APARECIDA ALMEIDA ZARANTONELO, ocorrido no dia 07 de março do corrente.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência, ao seu marido o Sr. ANTÔNIO LÚCIO ZARANTONELO, aos seus filhos: FAGNER ROGÉRIO ZARANTONELO, ROSINETE ZARANTONELO, GERALDO ZARANTONELO, BERNARDETE ZARANTONELO e MARCOS ZARANTONELO, através de correspondência enviada à Rua Luiz Júlio, 58 - Orleans - CTBA - PR.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 376

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, que esta Casa envie FAX às autoridades abaixo mencionadas, solicitando providências para que permaneça o Posto Avançado do Banco do Brasil, no município de Douradina, por extensão da Agência do Banco do Brasil de Umuarama:

1°) à Ministra da Economia, Dra. Zélia Cardoso de Melo, em Brasília.

2°) ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Alberto Policaro, em Brasília;

3°) ao Superintendente Regional do Banco do Brasil no Paraná, Dr. Ernesto Capozzi, em Curitiba.

O Posto Avançado do Banco do Brasil em Douradina conta com mais de 1.000 contas

correntes, com mais de 200 cadastros de produtores agrícolas, além de outras atividades consideradas de grande relevância numa agência bancária.

Ressalte-se, também, que o município de Douradina dista 65 quilômetros de Umuarama, cidade-sede da Agência-Matriz do Posto de Douradina.

Quando da implantação do Posto Avançado de Douradina, o setor competente do Banco do Brasil fez pesquisas necessárias para a conveniente implantação daquele Posto. Seu fechamento dia 19 deste mês, causará prejuízos enormes para a população do município e de municípios vizinhos.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) NILTON CÉSAR SERVO

Apoiamto: Ovídio Constantino, Brondy Silvério, Doutor Rosinha, João Iensen, Cesar Silvestri, Paulo Maia, Colombino Grassano, Artagão Mattos Leão.

REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Renato Pedroso, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização de Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Dez de Maio, criado pela Lei n° 17, de 06 de julho de 1.953, no município de Toledo, com sede na localidade do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento torna-se medida oportuna, já que como bem pode ser visto, o Distrito Administrativo de Dez de Maio foi criado pela Lei Municipal n° 17 em data de 06 de julho de 1953 - portanto há mais de 37 anos - considerado o pioneiro do município de Toledo, e se encontra em condições tempestivas para a sua respectiva qualificação para Distrito Judiciário.

Compõe-se de sede, povoados e linhas, e uma população estimada de aproximadamente três mil e quatrocentos habitantes, em cuja sede residem mais de cem famílias.

Mercê o trabalho de sua população, o Distrito de Dez de Maio possui uma agropecuária das mais bem desenvolvidas do município de Toledo, destacando-se na agricultura a produção de soja, milho, trigo e muitos outros cereais. Enquanto na pecuária sobressai-se na criação de gado, suínos, aves de corte e peixes. Para exemplificar, possui cerca de sessenta aviários e mais de duzentos suinocultores, cujos

plantéis são de alta linhagem, atendidos dentro da mais avançada técnica pelo sistema integrado da Frigobrás/Sadia.

Outrossim, cabe destacar, que o distrito também é potencial no comércio onde somente na sede estão situados doze estabelecimentos e ainda dez no setor de prestação de serviços, além de ainda possuir importantes indústrias no ramo madeireiro e fabricantes de carrocerias agrícolas e para caminhões. Ainda para se comprovar a importância econômica do distrito, há mais de sete anos a renomada COOPERATIVA AGRÍCOLA DO OESTE LTDA (COOPAGRO), mantém um entreposto para atender os cooperados e receber a produção comprovadamente uma das mais elevadas da região.

A sede do distrito é ligada por estrada asfaltada, denominada estrada Rural de Toledo-Dez de Maio, contando ainda com muitos quilômetros de estradas vicinais que oferecem ótimas condições de tráfego.

Para complementar e justificar que de fato e de Direito, o Distrito Dez de Maio é merecedor há muitos anos da qualificação para Distrito Judiciário, pelos fatos já expostos e principalmente pela antiguidade "PRIMEIRO DISTRITO ADMINISTRATIVO CRIADO EM TOLEDO" há mais de 37 anos repito, e também graças ainda ao esforço e trabalho de seu povo, o Distrito é reconhecido nacionalmente em respeito ao pioneirismo cultural e turístico, pela promoção anualmente da FESTA NACIONAL DO FRANGO, que neste ano já terá sua 7.^a Edição.

Agradecemos o apoio dos nobres Deputados ao presente requerimento, cuja população aguarda ansiosamente a decisão do egrégio Tribunal de Justiça na qualificação de DISTRITO JUDICIÁRIO DE DEZ DE MAIO.

REQUERIMENTO N° 371

Senhor Presidente.

Nós, trabalhadores das Fundações e Empresas abaixo-assinadas, ao encerrar o Governo Álvaro Dias, sentimo-nos no direito e no dever de fazer uma análise do que significou os quatro anos desta gestão para as instituições, às quais, estamos vinculadas e para a comunidade em geral.

O ensino, a pesquisa e a extensão nestes últimos anos foram tratados como prescindíveis e, como resultado, sofremos uma grande evasão de profissionais qualificados, especialistas e técnicos administrativos.

Vimos a deterioração dos equipamentos e instalações, a obsolescência de bibliotecas e outros acervos documentais e, conseqüentemente, o sucateamento destas instituições.

Os funcionários das instituições vivem sob um achatamento salarial sem precedentes e carecem de uma implantação ou revi-

são nos planos de cargos e salários. Nas instituições de ensino faz-se necessário destacar que o Governo Álvaro Dias, finalmente, cedendo às pressões da comunidade paranaense, implantou o ensino gratuito nas universidades. Todavia, os recursos necessários para consolidação do projeto de uma universidade pública, autônoma e competente jamais foram garantidos.

No que se refere à EMATER, IPARDES e FAMEPAR há, ainda, o agravante da indefinição institucional.

Nas instituições anteriormente citadas e, especialmente, no IAPAR a evasão de técnicos comprometem pesquisas que envolvem trabalhos de vários anos, já realizados em sua continuidade.

A postura da gestão que se finda é do discurso evasivo, da indefinição, do protelamento, da não negociação, enfim, da imposição unilateral.

Neste processo de transição governamental vimos firmar nossa disposição para negociação, objetivando solução da grave crise que envolve governo e trabalhadores por nós representados.

Entendemos que os cinco meses sem qualquer reajuste salarial convivendo com altas taxas inflacionárias e dezenas de ações pendentes na justiça, somando a destruição do patrimônio público, justificam a urgência de uma negociação séria e objetiva.

Temos a plena convicção que este é o único caminho a seguir, pelos altíssimos custos sociais investidos. Contando antecipadamente com vossa compreensão, solicitamos a imediata abertura do diálogo e da negociação.

Atenciosamente.

SINDASPP - Sind. Emp. Emp. Ass. Per. Informações e Pesquisas de Curitiba.

SINTEEMAR - Sind. Trab. em Estabelecimentos de Ensino de Maringá.

Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos de Serv. Saúde Londrina.

SINTEOESTE - Sind. dos Trab. em Estabelecimentos de Ensino Sup. Oes. PR.

SINDASPEL - Sind. Emp. Ass. Per. Inform. Pesq. de Londrina.

SINTESPO - Sind. dos Trab. em Ensino Superior de Ponta Grossa.

SINDIPROL - Sind. dos Professores de Londrina.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 55/91
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder benefícios fiscais e estímulos creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus quadros de pessoal com menores carentes e os deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdo-mudos) encaminhados por instituições de assistência mantidas pelo Poder Público Estadual.

Parágrafo Único - Equiparam-se às instituições oficiais de atendimento ao menor e aos deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdo-mudos) as entidades particulares que estejam conveniadas com o Estado ou mantenham registro na Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, ou órgão que lhe venha a suceder, com o mesmo propósito assistencial educativo.

Art. 2º - Os benefícios fiscais, referidos no artigo 1º serão representados por prazos especiais para o recolhimento de impostos e taxas, devidos ao Estado, ou por redução dos respectivos valores ou alíquotas.

Art. 3º - Os incentivos creditícios serão representados por prioridade na concessão de empréstimos, assim como deferimento de taxas privilegiadas nas operações de crédito realizadas pelas empresas credenciadas junto a estabelecimento de crédito oficial, cujo acionista majoritário seja o Estado do Paraná.

Art. 4º - A habilitação das empresas processar-se-á junto à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, ou órgão que lhe venha a suceder, por períodos renováveis não superiores a 06 (seis) meses.

Art. 5º - Só serão considerados, para efeitos de cálculo, os menores e os deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdo-mudos) encontrados nos termos da Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Rotineiramente somos advertidos pela imprensa escrita, falada e televisionada com notícias sobre a aflitiva situação do menor. Pesquisando fatos sobre a falta de segurança pública, facilmente constatamos que a grande maioria dos infratores foram menores carentes, muitas vezes, oriundos de instituições mantidas pelo Estado.

Constatamos, também, que essas instituições públicas e privadas vivem extremas dificuldades, tornando-se, por vez, verdadeiros depósitos de menores carentes, pri-

meiro passo à marginalização e à criminalidade.

Preocupa-se o Estado em manter órgãos de atendimento, não só para cumprir o que preceitua o dispositivo Constitucional, mas também na esperança de educar, reeducar e integrar esses menores na sociedade, onde deveriam ser forças produtivas e nunca agentes de agressão.

Gasta-se milhões de cruzeiros para lhes fornecer alimentação, habitação, vestuário, recreação, assistência à saúde e escolaridade, sem que possam retribuir com seu trabalho ou desenvolver condições para tal, o que, num futuro próximo, lhes será exigido para o seu próprio sustento e auto-afirmação pessoal. Seria enfadonho trazer, nesta justificativa, conhecidos dados estatísticos que referem carência, abandono e criminalidade.

Pretende-se, com este projeto de lei, criar estímulos ao empresariado paranaense, para que possa oferecer oportunidades de trabalho a menores carentes, colaborando, dessa forma, com a sociedade para a diminuição dos índices de marginalização do Estado e, sobretudo, para a promoção de centenas de milhares de jovens paranaenses. Ocorrendo essa situação, certamente, os incentivos criados em forma de participação do Estado, serão de valor financeiro sensivelmente inferior àquele que o Estado dispenderia com internatos e até penitenciária. O valor humano seria incomensurável.

Espera-se, com este projeto de lei, contribuir não só para a integração social do menor carente, mas também para oportunizar ao Estado o atendimento de milhares de adolescentes desassistidos, que clamam diuturnamente por amparo e oportunidade. Da mesma forma, contempla, preferencialmente, pequenas e médias empresas, assim como organizações econômicas que absorvem contingentes de trabalhadores.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 56/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA PLANTA EVARISTO MARTINS FRANCO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA PLANTA EVARISTO MARTINS FRANCO é uma entidade civil, de tempo e duração indeterminados, com jurisdição definida, não visa

Curitiba, quarta, em 13.03.91

fins lucrativos, tendo como objetivos principais: lutar pelos relevantes interesses comunitários; desenvolver programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de um modo geral; dar assistência social aos necessitados; promover a auto-determinação do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Há mais de dois anos a associação vem cumprindo extenso calendário de atividades com o objetivo de dar cumprimento a esses propósitos, cujos resultados por todos são reconhecidos na região de atuação da entidade.

Parece-nos que obedecidos os critérios da lei, na forma da documentação anexa, o reconhecimento da utilidade pública é uma formalidade, já que a participação ativa da comunidade junto à Associação já é prova de reconhecimento.

É importante destacar o incentivo que o Poder Legislativo proporciona ao espírito associativo, com tal reconhecimento, fomentando essa prática, como forma de organização política e social. O engajamento da população nesses núcleos comunitários é o melhor caminho para a discussão, análise e viabilização de soluções para os mais diversos problemas.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 57/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "AÇÃO SOCIAL DE SÃO MARTINHO DE LIMA", com sede à Rua Natal, 1.650, Vila Camargo e foro nesta Capital.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91
(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Ação Social São Martinho tem área de jurisdição compreendida pela Vila Camargo e Adjacências, nesta Capital.

Entidade Civil, sem fins lucrativos, filantrópica, de tempo de duração indeterminado, tem por objetivo lutar pelos interesses da comunidade e, desde a sua fundação em 14 de outubro de 1987, tem se dedicado a esse ideal.

Reconhecê-la como de Utilidade Pública, implica, intrinsecamente, em reconhecer o próprio espírito de fraternidade e cooperativismo como útil para o alcance de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e compromissada com seus deveres.

Longe de ser mais uma entidade cartorial, a Ação Social São Martinho de Lima tem realizado, na prática, um trabalho

exemplar, na verdade, sem precedentes, junto à Igreja Capela São Martinho de Lima, em favor das famílias, das crianças, jovens e idosos na sua área de atuação.

PROJETO DE LEI N° 58/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estender a Gratificação de Responsabilidade Técnica prevista pela Lei n° 9.049, de 06 de julho de 1989, aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, inclusive aos inativos, conforme nomenclatura de cargos constantes do anexo à presente lei, no mesmo percentual, aplicado sobre os respectivos vencimentos e para todos os efeitos legais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente medida se faz necessária, no sentido de que os benefícios contidos na Lei n° 9.049/89, já são usufruídos pelos ocupantes de cargos de nível universitário do Poder Executivo, excluídos injustamente os das Fundações, e no caso específico, os da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, que, estando em igualdade de condições, visto que exercem funções com igual responsabilidade aos do Poder Executivo, abrangidos pela lei supracitada, tendo, por consequência, iguais direitos.

Confiante na justiça da medida ora proposta, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

ANEXO QUE TRATA DO ARTIGO 1°
CARGOS DO QUADRO GERAL

- FARMACÊUTICO
- MÉDICO
- SOCIÓLOGO
- ASSISTENTE SOCIAL
- BIÓLOGO
- TERAPEUTA OCUPACIONAL
- ODONTÓLOGO
- ENGENHEIRO QUÍMICO
- QUÍMICO
- ADVOGADO
- PSICÓLOGO
- ADMINISTRADOR
- ASSISTENTE RELIGIOSO
- BIBLIOTECÁRIO
- COMUNICADOR SOCIAL
- CONTADOR
- ECONOMISTA
- ENFERMEIRO
- ENGENHEIRO CIVIL

- ENGENHEIRO SANITARISTA
- ENGENHEIRO ELETRICISTA
- ESTATÍSTICO
- PEDAGOGO
- TECNÓLOGO EM SANEAMENTO
- NUTRICIONISTA
- FÍSICO
- MÉDICO VETERINÁRIO

PROJETO DE LEI N° 59/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SANTANA E BARRETO", com sede e foro na cidade de PONTA GROSSA, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila Santana e Barreto, constitui uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, cujas finalidades principais estão voltadas para os interesses comuns da comunidade que a integra, bem como para a prestação de serviços sócio-comunitários, propiciando-lhe condições as mais favoráveis para a elevação da qualidade de vida, bem como de resolver seus problemas comuns, e assim alcançar sua própria autonomia.

A Associação em questão constitui-se, assim, o órgão de representação a nível Municipal, Estadual e Federal, oficiais e particulares, em nome dos interesses e anseios dos moradores da Vila Santana e Barreto.

Fundada a 21 de maio de 1986, contando portanto com 3 anos e 9 meses de existência, a Associação dos Moradores da Vila Santana e Barreto vem cumprindo com as formalidades de Lei, prestando inestimável contribuição à sociedade pontagrossense como um todo.

Diante do exposto, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, e, para cuja proposição, conta o parlamentar com o apoio dos membros desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 60/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ - ENSINO DE 1° e 2° GRAUS, com sede e foro na cidade de PONTA GROSSA, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 13.03.91

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Regente Feijó - Ensino 1° e 2° Graus a que nos propomos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 23 de setembro de 1972, sendo registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa sob n° 82.985, do Protocolo A-7, sob n° 383, do Livro A-2, (Carimbo de 19 de abril/1988).

Constitui um organismo de representação de Pais e Professores do Estabelecimento acima mencionado, tendo por finalidade discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do Ensino, funcionando como órgão cooperador do Colégio, visando o bem estar integral do aluno, e por consequência, a integração da comunidade, buscando o desempenho mais eficiente e auto sustentável do processo educativo.

Todos esses objetivos têm sido a bandeira de luta e de perseverança daqueles que, à testa de sua administração, não medem esforços para torná-la forte e a verdadeira defensora desses interesses, em favor do estabelecimento de ensino que representa, do aluno, pais e professores.

Cumprindo com as formalidades de lei, mas principalmente com as reais finalidades para as quais foi criada, tem ao longo desses anos, prestado inestimável contribuição, prerrogativa que lhe faculta hoje, o pleno direito de vir a ser reconhecida da Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 61/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA, a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUATIS", com sede e foro no município de IPIRANGA, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores de Quatis que ora se objetiva declarar de Utilidade Pública, constitui uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade organizar e unir os moradores, para que, através de estudos, debates e trabalhos cheguem as soluções de seus problemas e interesses comuns, bem como para a prestação de serviços sócio-comunitários, propiciando-lhes condições as mais favoráveis para a elevação da qualidade de vida de

seus membros.

Na qualidade de representante de Quatis e das localidades de Espigão Grande, Três Pontes e Areião, todas vizinhas ao município de Ipiranga, tanto a nível Municipal como Estadual e Federal, vem prestando inestimável contribuição à sociedade pontagrossense, e, por extensão ao Paraná, num trabalho que dignifica e engrandece os seus integrantes e que merece de nossa parte inteiro reconhecimento e gratidão.

Diante do exposto, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o parlamentar com apoio de seus pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 62/91
Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL GIL STEIN FERREIRA, com sede e foro na cidade de IVAÍ, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Gil Stein Ferreira a que nos propomos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 13 de outubro de 1974 e registrada no Serviço Social Escolar sob n° 3.712 e no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, livro "A", à página 207.229, em 12.04.1975. Tem por finalidade a aproximação mais íntima dos educadores, pais e mestres, para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo à sociedade, funcionando como órgão cooperador da escola, visando o bem-estar integral do aluno e, por consequência, a integração da comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente e auto sustentável do processo educativo.

Seus feitos são o resultado do trabalho, do esforço e da dedicação daqueles que, à testa de sua administração não medem esforços para torná-la um organismo forte e de expressão. Tem prestado relevantes serviços à sociedade local, sempre na defesa dos reais interesses de educadores, pais e mestres.

Assim, cumprindo com as formalidades da lei e das finalidades para as quais foi criada, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, Ato que se lhe atribuirá pela efetiva contribuição

emprestada.

PROJETO DE LEI N° 63/91
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Estado da Administração, procederá às consignações, em folha de pagamento, das mensalidades das entidades sindicais e associativas dos servidores públicos, aprovados em assembleia geral, repassando os valores arrecadados para conta bancária da entidade consignante no prazo máximo de cinco (5) dias, atendendo ao que estabelece o artigo 8°, "caput", incisos e parágrafo único, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. As consignações dos códigos de desconto de mensalidades de entidades sindicais e associativas representativas de classe só podem ser efetivadas, canceladas, suspensas ou interrompidas mediante expressa autorização de cada associado.

Art. 2° - O não cumprimento do disposto nesta lei importará em sanção à autoridade transgressora, na forma da lei, em especial a perda do cargo público.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91

(a) PAULO MAIA

Apoio: Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Alceu Swarowski, Algaci Túlio e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Constituição "CIDADÃ", promulgada em 15/10/88, ficou garantida uma das mais velhas reivindicações dos Servidores Públicos, qual seja: O DIREITO À LIVRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL E O DIREITO DE GREVE.

Em seu artigo 8°, a Constituição Federal fixou alguns princípios acerca da organização sindical, assegurando, em especial, no inciso IV, a consignação, em folha de pagamento, da contribuição para custeio do sistema confederativo. Ora, não há confederações sem, a existência de sindicatos. Portanto, o legislador normatizou o macro e deixou para a Lei ordinária a regulação do micro.

A Constituição Estadual não repetiu os princípios da Federal, e nem precisava; entretanto, fixou garantias ao exercício da liberdade sindical, como, por exemplo, o Artigo 37 e parágrafos.

Apesar do exposto acima, no Governo passado foram suspensas as consignações, em represália ao movimento encetado pelas legítimas representações dos servidores. Com esta conduta, o Governo tentou enfraquecer a luta, no aspecto de sua sustentação econômica e cooptar algumas lideranças

"pelegas". A suspensão das consignações em folha de pagamento acarretou perdas irreparáveis para a organização das entidades, inclusive com atraso de pagamento de fornecedores, de funcionários, etc., tumultuando o orçamento das entidades.

Vários sindicatos e associações de servidores públicos tiveram que recorrer ao Poder Judiciário, através de Mandado de Segurança (Autos N° 12041-2 - Tribunal de Justiça), onde obtiveram deferimento de Liminar para a reimplantação das condições. Durante 04 meses, porém, as entidades representativas dos servidores sofreram com a conduta ilegal e imoral do Governo do Estado - Secretaria de Estado da Administração.

Pelas razões acima expostas, e por muitas outras, é que se justifica o projeto de lei ora proposto.

Chega de cooptação! Basta de estímulos ao "peleguismo" nas entidades de representação dos servidores!

Autonomia e liberdade sindical é o caminho a ser trilhado! O presente projeto de lei realça isto.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra a Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna é a importância da matéria colocada em votação para derrubada do veto do Governador ao projeto que cria o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. O Governador veta o conselho mas, enquanto isto, a proposta que aqui foi feita pela Comissão Estadual do Menor, integrada por representantes das Secretarias de Justiça e da Segurança Pública, FASPAR, FUNABEM, LBA, Ordem dos Advogados do Brasil, do Poder Judiciário e do Ministério Público, além de organismos populares como a Pastoral do Menor, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Movimento Pró-Criança, acabou servindo de modelo para outros Estados.

Hoje, muitos destes conselhos criados sob a inspiração do Paraná já estão funcionando.

O Governador alega que não seria possível sancionar o projeto aprovado por esta Assembléia, criando o conselho, porque faltou previsão de recursos na lei de Diretrizes Orçamentárias de 1991. É certo. Não houve e nem poderia haver. Quando da elaboração e votação da lei de Diretrizes Orçamentárias de 1991, o conselho não estava criado e portanto não poderiam ser previstos recursos no Orçamento de uma entidade jurídica que ainda não existia. O

Governador também diz que a criação do conselho é inconstitucional. Este argumento não procede. Além do disposto no artigo n. 216 da Constituição do Estado do Paraná que diz: Artigo 16 - Parágrafo Único: A lei dará sobre a criação, organização, composição e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 1990, estabelece que os Conselhos devem ser criados pelos Estados, municípios para garantir a execução da política de atendimento a esta área. No Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 88 diz o seguinte: São diretrizes da política de atendimento - criação de conselhos municipais, estaduais, nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular, paritária, por meios de organizações, representativas, segundo Lei Federal, Estaduais e Municipais.

Portanto, Senhores Deputados, o que se constata é que existe a obrigatoriedade legal para criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Inconstitucional seria não criá-lo. Não se trata de uma opção voluntária pela criação ou não. E tem mais: a lei estabelece que municípios e Estados devem ter seus conselhos, sob pena, inclusive de, enquanto não estiverem funcionando, os Estados e Municípios ficarem sem receber verbas para atender a criança e o adolescente. Isto significa que a omissão por parte do Poder Público traria enormes prejuízos para esta área já tão carente de recursos. Minha expectativa e confiança é que esta Casa derrube o veto do Governador. A gravidade da situação do menor paranaense não permite mais demoras. Dos quase dois milhões de crianças e jovens carentes do Estado só 6% são atendidos em programas sociais que recebem verbas federais. Dos cem mil atendidos em entidades sociais oficiais e particulares, de creches e internatos, 56% são carentes, 26% são abandonados, 12% são órfãos e 6% são infratores. Isto sem contar que 58% da população de um a dezoito anos estão fora do sistema escolar. E que de cada 100 alunos matriculados no primeiro grau, apenas 17 concluem a 8.ª série. Estes dados sociais recolhidos pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da criança e do adolescente, dizem que a nossa responsabilidade com os cidadãos paranaenses é muito grande. É isto que deve nos impulsionar no sentido da efetivação do Conselho da Defesa da Criança e do Adolescente. Com a derrubada do veto vamos permitir o resgate da dignidade de vida de milhões de crianças e adolescentes paranaenses. E o Poder Legislativo vai cumprir

com o seu papel institucional, oferecendo meios para a solução das questões sociais que tanto afligem a todos nós.

Eu gostaria de registrar a presença do Dr. Olímpio Sá Sotto Maior, que foi uma das pessoas que ajudou a elaborar este projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) A Assembléia registra com satisfação a presença do Dr. Olímpio Sá Sotto Maior.

Ainda no Horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

As manchetes dos jornais dos últimos dias trazem um chamamento à situação por que passa a nossa saúde pública. Todos os jornais registram a situação de calamidade no setor da saúde: "Saúde, uma situação caótica" é uma manchete; "Saúde responderá hoje à acusação do INAMPS" é outra manchete; "Servidores da Saúde podem entrar em greve" é mais uma manchete; "INAMPS culpa a Saúde pela greve dos hospitais".

Tivemos a oportunidade de ver, por iniciativa do Deputado Cartário, há poucos dias a Assembléia formar uma comissão para visitar os hospitais da capital. E lendo no jornal, o resultado dessas visitas chama a atenção a situação por que passam os hospitais não só da capital, como também do Interior do Paraná, e acredito de todo o Brasil.

O Diretor do Hospital Evangélico informa à comissão de Deputados que o visitou que a Previdência repassa apenas 100 cruzeiros por um atendimento, sendo que esse atendimento tem um custo de 1.800 cruzeiros. A principal luta da Diretoria é manter a instituição aberta, afirma o seu Diretor.

Se por um lado os hospitais estão ameaçando fechar por falta de recursos pelas tarifas defasadas, no "Correio de Notícias" de ontem encontramos informações que contrastam com essas manchetes de falta de recursos. Sob o título "Pela Janela", o Correio de Notícias de ontem traz a seguinte informação: "O Brasil poderia economizar entre 105 e 151 milhões de dólares por ano se investisse o necessário no controle de infecção hospitalar.

Dos doze milhões de pacientes internados todos os anos nos centros de saúde brasileiros, 582 mil contraem infecção, 4,8%. Destes, 69 mil morrem.

Para reduzir estes números alarmantes, o Ministério da Saúde já criou 20 centros de treinamento em hospitais no Brasil. Um deles é o do Hospital das Clínicas de Curitiba.

As infecções hospitalares são a segunda causa de mortes no País. Só perdem para as doenças cardíaco-vasculares.

Senhores Deputados, estes números assustam. Estes números revoltam. Estes números falam para que todos nós, representantes do povo, possamos trabalhar para encontrar a saída desta situação. São milhões de dólares desperdiçados.

Por outro lado, se o cidadão que tem problema de saúde, ao invés de ir ao hospital, encontrar a saúde e a vida, encontrar a doença e até a morte. É uma contradição do que deveria ser a nossa saúde. São quase mil e 600 pacientes que contraem a infecção hospitalar a cada dia. São quase 200 brasileiros que morrem, por dia, com infecção hospitalar.

Isto fala muito mais alto do que qualquer providência que não resolva em definitivo a questão da saúde.

Sabemos que o cidadão brasileiro paga duas vezes para ter direito à saúde. É um direito fundamental de toda a pessoa humana. Contribuem com a previdência o trabalhador, o empresário, que pagam e não têm o benefício. Têm que pagar duas vezes através de outros institutos privados.

Senhor Presidente, solicito o Horário da Liderança do PDT, para concluir nosso pensamento.

Sabemos que alguma coisa deve mudar na questão da saúde. Sabemos que a saúde é uma obrigação da União, dos Estados, dos Municípios. Sabemos que os recursos que os trabalhadores, os agricultores, os empresários contribuem, para ter direito à saúde, é um dinheiro que vai e não retorna.

Vimos aqui ontem ainda um colega pedindo para que uma comissão fosse a Brasília para que os postos do FUNRURAL não fossem fechados. Parece que o Brasil está fechando para balanço. De um lado são as agências do Banco do Brasil, são os postos do FUNRURAL, são os hospitais ... Queremos que o povo brasileiro pague para ter o benefício com a contribuição da previdência e tenha este direito garantido na Constituição no dia-a-dia, na prática.

Queremos registrar aqui, nesta tribuna, que estes problemas que o setor de saúde atravessa, é preocupação do município de Toledo. Temos em mãos um convite que recebemos da Secretaria de Saúde do município de Toledo, do Conselho Comunitário e do Vigésimo Distrito Sanitário, nos convidando para a 1.^a Conferência Municipal de Saúde de Toledo. São confirmadas as presenças do Ministro da Saúde e do Secretário de Saúde do Estado, que está para assumir. Nesta Conferência Municipal da Saúde se pretende discutir esta realidade que todos estamos sentindo e vendo nas manchetes dos jornais. Esta Conferência Municipal da saúde terá como tema a "Orga-

nização dos Serviços de Saúde a nível municipal, a criação do Fundo Municipal de Saúde e a Participação Popular e Conselho Municipal de Saúde". Inclusive neste último painel tendo como debatedor o Dr. Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha, nosso colega nesta Casa. É a saúde que será debatida para que esta realidade possa encontrar soluções práticas, rápidas, para que todo o cidadão brasileiro possa ter garantido este direito que está na Constituição; mas que, na prática, não acontece. Fica aqui registrado o nosso protesto, a nossa revolta por esta situação caótica. Nossos apelos para que todos, tanto o Poder da União, Estados e Municípios possam tomar providências para em conjunto encontrarem soluções para esta situação de crise. E que nesta Conferência Municipal de Saúde possamos tirar conclusões para discutir, no Paraná e no Brasil, que este direito da pessoa humana seja um direito sagrado do dia-a-dia na prática.

Era isto o que tínhamos para trazer a esta tribuna neste dia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Deputado inscrito, Ernani Pudell. Tem 30 minutos para a sua oratória.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dentre as várias marcas lamentáveis que ostentam a nossa Pátria está a de que nós fomos o último País do mundo a abolir o regime de escravidão.

Infelizmente novas formas de escravidão e de superexploração do povo trabalhador foram implantadas neste País.

Existe uma atividade que está proliferando aqui no Brasil, que são as chamadas empresas de locação de mão-de-obra.

A Organização Internacional do Trabalho, através das Convenções 87, 122, das quais inclusive o Brasil é signatário, estabelece e proíbe a locação de mão-de-obra.

O que vem a ser a locação de mão-de-obra? São empresas que se interpõem entre o empregador e o empregado. No nosso País onde se registram as maiores taxas de mais-valia deste mundo, ainda temos que conviver com empresas que, além de explorar o trabalhador, ainda cobram uma taxa pelos serviços que os empregados prestam.

Existe uma lei federal, Lei 6019, que prevê o funcionamento de empresas especializadas na locação de mão-de-obra com a finalidade de suprir excepcionalmente pessoal regular e permanente de uma empresa, em razão de acréscimos extraordinários de serviços. Todavia, através desta brecha

legal, criaram neste País centenas e centenas de empresas que, usando desta brecha, acabaram por constituir uma grande rede, uma máfia que vive do aluguel de mão-de-obra. E a situação, gostaria de chamar a atenção dos Senhores Deputados, é mais grave, principalmente no setor financeiro e no setor estatal, por quê? Por exemplo, nas casas bancárias hoje, uma zeladora de banco, por força do artigo 225 da CLT, ela é equiparada ao trabalhador bancário; como tal ela tem algumas garantias que essas categorias conquistaram em duras históricas lutas sindicais, tais como: a jornada de trabalho de seis horas, piso salarial, anuênios, etc.

Todavia, utilizam-se de empresas interpostas, chamadas empresas especializadas em asseio e conservação, colocam esses funcionários no Banco, recebendo um salário-mínimo e jornada de oito horas diárias. Na questão das casas bancárias, a justiça do trabalho neste País, tem jurisprudência unânime firmada, no sentido de denunciar esse tipo de fraude, esse tipo de irregularidades.

Agora, o mais grave que nós estamos assistindo, o mais grave é a disseminação desses contratos agora no setor público, exatamente no Estado que deveria ser o primeiro a respeitar e guardar as leis as convenções internacionais, do trabalho, o respeito e a dignidade ao trabalho, inclusive, que está estampado aqui no artigo 1º da Constituição Estadual, é o Estado, infelizmente, hoje, o maior fraudador dos direitos trabalhistas nessa área. São centenas e centenas de contratos de prestação de serviço, firmados entre instituições bancárias e estatais, órgãos públicos com empresas intermediárias interpostas.

Eu vou citar um exemplo, na Caixa Econômica Federal, para que os Deputados tenham uma noção e uma dimensão do nível de exploração desses trabalhadores às custas do recurso público, hoje, a Caixa paga em torno de cento e sessenta mil cruzeiros, por cada zeladora ou copeira, colocada na Caixa Econômica Federal, e sabe quando ganham os funcionários? - Aqui dezessete mil cruzeiros. A Caixa paga por cada servente, cento e sessenta mil e as empresas locadoras de mão-de-obra, repassam ao funcionário apenas dezessete mil cruzeiros.

Isso que foi criado, essa máfia que foi estabelecida neste País, mais uma, para explorar o trabalhador, ela foi muitas vezes com a conivência, com o tráfico de influências de pessoas poderosas, que, até ontem transitavam pelo Governo, e quando saem do Governo, constituem uma dessas empresas de locação de mão-de-obras, então essas empresas fazem um contrato com uma determinada instituição bancária, com determinado órgão público, e aí a coisa vai.

Agora, o pior, se não bastasse esse modo de superexploração, essas empresas locadoras de mão-de-obra, são hoje, através da justiça do trabalho, comprovadamente, as maiores fraudadoras dos direitos mais elementares dos trabalhadores.

Nós tivemos até ontem uma greve, aqui no Estado do Paraná, eu considero que foi um movimento que denunciou a situação de maior podridão, poderemos dizer assim, nas relações trabalhistas nesse País.

O sindicato das empresas, firmou uma convenção com o sindicato dos trabalhadores, estabelecendo um piso salarial de vinte e oito mil cruzeiros.

Todavia, embora tenham assinado esse contrato, os funcionários quando foram receber esses contra-cheques, receberam dezessete mil cruzeiros. Isso, inclusive, fere um dos artigos da Constituição Federal, que considera crime a retenção dolosa de salários".

Agora, o que mais nos choca e nos preocupa, por exemplo é saber que a nossa própria Casa de Leis, aqui, utiliza-se deste tipo de serviço. Estas Senhoras que nos servem cafezinho, que nos limpam os banheiros, os gabinetes, estão recebendo dezessete mil cruzeiros por mês.

Eu gostaria, a título de curiosidade, de ter em mãos os contratos destas empresas, feitas com o Poder Legislativo do Paraná, para saber quanto a nossa Casa repassa para as empresas por cada funcionária que está aqui trabalhando, em nossa Casa.

O que é pior é que se nós formos chamar as empresas, principalmente aquelas que prestam serviços ao setor público, nós vamos constatar que a maioria delas não assina carteira de trabalho de empregado, não recolhe o fundo de garantia, não recolhe as contribuições sociais.

Então, nesse sentido é que nós não poderíamos nos calar, porque estes contratos são, por natureza, condenados, internacionalmente. Não se admite esta nova forma de exploração e de escravidão que é a locação da mão-de-obra! Uma dupla exploração do trabalho não se admite!

O Sr. Paulo Maia - Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento do orador).

Eu me solidarizo com o pronunciamento de Vossa Excelência. E quando Vossa Excelência se refere a esta Casa, nós não podemos deixar de registrar fato semelhante, acontecido em 1990, quando o magistério do Paraná reivindicava junto ao Governador do Estado, governo democrático; e nós colocamos esta democracia entre parênteses e entre aspas, naquela oportunidade, quando os companheiros faziam o movimento reivindicatório por melhores condições de traba-

lho, por melhores condições financeiras, a Secretaria da Educação, evidentemente com a autorização do Governo do Estado, recorria a uma empresa do tipo que Vossa Excelência cita, a EMPLOYER, para contratar professores não habilitados para lecionar na fase principal da vida de uma criança, que é a construção da educação básica, a educação de 1.^a a 4.^a série.

Por isso, a colocação que Vossa Excelência faz é muito bem lembrada aqui nesta Casa, pedindo inclusive explicações a respeito destas companheiras trabalhadoras. Mas, nós não podemos deixar de registrar que fato semelhante aconteceu e acontece, neste Governo. O exemplo da EMPLOYER, que é uma empresa de exploração do trabalhador e que satisfaz muito bem aos desejos deste governo que aí está, assim como cito também o caso dos convênios. Os convênios de exploração. Eu não digo que sejam convênios de cooperação financeira entre Estado, Secretarias e Municípios. Eu cito como convênios de exploração financeira, porque quando o Estado precisa de pessoal em suas escolas, ele recorre, para pagar um salário mais miserável ainda, principalmente ao trabalhador da educação, ele recorre a um convênio, forçando os prefeitos, que estão em situação precária e dependem de verbas posteriores, porque se não assinarem, não terão repasse de verba.

Então, nós denunciemos, também, estes convênios fantasiosos, exploradores, que objetivam e descaracterizam governos e governantes. De fato, na tribuna, quando parlamentares, defendiam uma democracia linda para o trabalhador. Quando no Poder, fazem tal qual ou pior que aqueles que ele ajudou a criticar, no passado.

Parabéns a Vossa Excelência. E nós gostaríamos apenas de agradecê-lo pelo aparte e não deixar de registrar também, estes fatos a nível de Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço a contribuição do nobre colega. E eu até fiquei chocado, porque não esperava, sinceramente, que este tipo de exploração já estivesse acontecendo até na área de educação, até com professores que são encarregados de formar a nossa juventude; que são encarregados, porque não dizer, pelo futuro deste País.

Eu cito para que a gente tenha uma idéia da gravidade da discriminação desse tipo de atividade. Hoje, por exemplo, o carteiro que é talvez o trabalhador que exemplifica maior a função do correio, é o carteiro que hoje não é empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ele é o empregado de uma empresa interposta de uma locadora de mão-de-obra, o Correio.

Quem vai hoje na TELEPAR, por exemplo, vai observar que as telefonistas da TELEPAR não são funcionárias daquela empresa, e sim funcionárias de uma empresa também interposta.

Agora, o que é pior, as categorias, tanto os trabalhadores dos Correios como os trabalhadores da TELEPAR, mesmo os trabalhadores da educação, na medida em que elas vão avançando no seu movimento histórico, conquistando direitos e garantias, o Estado, para fugir do cumprimento dessas leis, para assegurar essas vantagens, passa a adotar esse tipo de ilegalidade.

É nesse sentido que nós estamos apresentando hoje um requerimento, não apenas para o nosso Poder Legislativo, que sabemos até que a Mesa atual talvez nem tenha se dado conta disso. É um fato que estou trazendo aqui, essa denúncia que nós nem percebemos, muitas vezes o Poder paga à empresa e nem sequer toma conhecimento do que acontece na relação da empresa com o trabalhador. Todavia, o trabalhador que está prestando serviço nesta Casa, está prestando serviço para nós, para nosso Poder.

Então, nós estamos apresentando hoje esse requerimento, para pedir cópias e explicações de todos os contratos de prestação de serviços externos existentes na esfera do poder público. A partir daí, nós poderemos fazer um levantamento minucioso para termos uma idéia do volume de ilegalidade nessas contratações. Quer dizer, a quantidade, a dimensão disso e mais do que isso, vamos ter oportunidade de perceber o grau de exploração desta mão-de-obra.

Fica aqui até uma sugestão à Casa, por que não contratar se, digamos, eu quero arriscar um exemplo: se esta Casa paga 50, 60 mil cruzeiros à empresa locadora de mão-de-obra pelo trabalho de uma servente, por que não fazer um concurso público, contratar essa servente pela Casa, pagar esse mesmo salário à servente? Não custará nada aos cofres públicos. Só que estaremos valorizando aquela que trabalha. Não aquele que fica vivendo de trabalho alheio sem fazer esforço algum, a não ser organizar essa máfia, essa maracutaia que nós temos em nosso País.

Então, quero registrar esse protesto veemente e lembrar aos Srs. Deputados que, quando foi feita a Constituição Estadual, em seu Art. 1º da Constituição, que é nosso dever lutar, assegurar o estado democrático, a dignidade, a cidadania da pessoa humana, os valores sociais do trabalho.

Mais além, dizendo ainda no art. 1º, a defesa dos direitos humanos, a defesa da igualdade, o Constituinte combate qualquer forma de discriminação. O Constituinte, o

legislador, estava exatamente colocando em primeiro lugar a defesa desses direitos maiores do nosso povo. E nós, como guardiões dessa Constituição, temos também o dever de ir a fundo nesta questão, doa a quem doer. Vamos contrariar os interesses que forem necessários para que a gente possa dar um pouco mais de alento a esses trabalhadores já tão espezinhados, já tão caqueados.

Eu quero aqui citar um caso dramático. Estive na greve antes de ontem, onde havia milhares de senhoras. A grande maioria dessas zeladoras hoje o são por contingências sociais; a grande maioria são pessoas humildes. Muitas delas são arrimo de família que vêm de bairros distantes, permanecendo duas, três, quatro horas dentro de um ônibus, por dia, para buscar um salário de fome. Aí chega o fim do mês, a empresa que embolsa muito dinheiro dos cofres públicos, se nega a repassar esses direitos. Uma senhora que estava sobrevivendo dos restos que ela encontrava na lata do lixo do CEASA. Uma senhora que trabalha 8 horas por dia e tem 3 filhos para sustentar e é viúva.

Ela é talvez um exemplo, aquilo que dignifica essa figura de trabalhadores superexplorados através dessas empresas.

Se me permitem também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu tive conhecimento hoje de um outro fato lamentável relacionado com os trabalhadores neste Estado. Tivemos notícias hoje que em Catanduvas está sendo promovido um despejo de mais de cem famílias, são mais de mil pessoas, numa área de terra que foi doada pelo Sr. Moysés Lupion a um grande grupo econômico, uma área onde existe sitiantes, eu estive no local, que estão na posse daquela área há mais de 50 anos, já pagaram esta área por duas vezes, estão sendo hoje, neste momento, despejados por oficiais de justiça e despejados por alguns policiais militares. Por quê? Porque ao longo desses anos, embora posseiros legítimos, proprietários legítimos dessas áreas, por serem pessoas humildes, que não têm conhecimento, não têm consciência muitas vezes dos seus direitos, não tiveram acesso à justiça e não souberam defender na justiça os seus direitos. Essas pessoas estão hoje sendo despejadas, com a conivência de altas autoridades para atender o interesse de uma única pessoa, de uma única família. O que é pior, essa área em Catanduvas agrega, não apenas mais de 70 chácaras de sitiantes que estão sendo despejados, mas agrega também até um loteamento popular habitado predominantemente por bóias-frias.

Então, quero fazer um apelo ao nobre líder do PMDB no sentido de que tome providências imediatas para cessar esse despejo imediatamente, e que a gente procure

juntamente com o Poder Público, com o poder judiciário, encontrar uma solução que atenda os interesses dessas famílias. É um problema social gravíssimo, nós aqui do Poder Legislativo não podemos fechar os olhos a essa situação; esse caso é um caso que certamente envolve interesses escusos, contrários aos interesses dos trabalhadores daquele município, contrários ao interesse público, e nós deveremos pelo menos tentar, na medida de nossas forças, intervir nesse processo para evitar que mais uma vez seja consumado neste Estado um ato de violência contra a dignidade da pessoa humana.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Horário das Lideranças.

PMDB com a palavra.

(Declina).

PT com a palavra.

(Declina).

PL com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

Com a palavra o nobre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Srs. Deputados, Sra. Deputada Sr. Presidente.

Estou hoje entrando com um requerimento nesta Casa, após ouvido o Plenário, para convidar o Sr. José Richa para vir a esta Casa fazer as denúncias que foram feitas no último domingo, para que depois de ouvido o Senador, instauremos uma CPI da Corrupção, porque estamos assustados com o que está ocorrendo nos últimos dias no Paraná. Nós que víamos e ouvíamos pelos quatro cantos do Paraná se falar em honestidade, falar tanto em seriedade, de repente vemos um homem público da envergadura do Senador José Richa trazer ao Paraná as denúncias fortes e pesadas que saíram na imprensa do último domingo com as seguintes palavras: "ÁLVARO DIAS, CHEFE DA CORRUPÇÃO E DA PATIFARIA: maior corrupção assistida até hoje no Paraná é desse governo que acaba sexta-feira seu mandato. Acordo de cavalheiro, início do Governo com bicheiros, até o que Richa chamou de caixinha, bem como aquilo que ele não identificou mas adjetivou como patifaria. E ainda mais, algumas palavras que falou aqui, eu quero que esta Casa, é nosso dever trazer a lisura e o esclarecimento ao povo do Paraná, para que possamos ouvir o Senador quanto a isso, que o futuro não

nos cobre que nós deixamos sair um homem do Governo do Paraná falando tanto em honestidade e nós não sabemos o que tem atrás de tudo isso.

Vamos aqui, é aí eu peço o apoio de todos os Deputados, ou vamos salvaguardar a imagem do Governador que se despede ou vamos julgá-lo se for verdade essa corrupção que está sendo cantada aos quatro cantos hoje do Paraná, porque a denúncia foi séria, a denúncia foi de um homem que faz política nesse Estado por muito tempo, e não poderíamos, como jovens Deputados, deixar passar em branco sem fazer, primeiro, ouvindo o Senador, depois, apurando a verdadeira corrupção que acontece nesse Estado.

Eu quero dar ao Cadeia, Luiz Carlos Alborghetti, o restante dos minutos que tenho da liderança, e encaminho o requerimento à Mesa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Exm^o Sr. Presidente, Exm^{os} Srs. Deputados, Sra. Deputada, e demais presentes nesta Casa.

O esforço de alguns em busca do pleno estado de direito não basta para garantir ao brasileiro o pleno gozo de seus direitos e suas garantias individuais. Além de um padrão compatível com as exigências da dignidade humana, os efeitos predatórios da crise mundial, Srs. Deputados, que em consequência atingem o nosso País desdobram-se, como é natural, em todos os quadrantes da Nação brasileira. Milhões de brasileiros subnutridos, trabalhadores rurais sem terra; criaturas sem escola; sem assistência de qualquer espécie, enfrentam o desemprego, a inflação, a miséria e a violência indiscriminada. A crescente mortalidade infantil, o constante aumento da criminalidade e de problemas sociais gravíssimos. Na medida, Srs. Deputados, em que se agravam as tensões sociais, com o consequente aumento da criminalidade e por via de consequência a insegurança e o medo no seio da coletividade.

O debate sobre os temas enfocados e a busca de novos caminhos e soluções, revestem-se agora de particular importância, pois a criminalidade tem origem numa organização social criminosa.

Merece, Srs. Parlamentares, especial ênfase, a consolidação das conquistas democráticas, cuja preservação está a exigir novos parâmetros em termos de justiça social, razão pela qual sobrelevamos os temas ligados à assistência judiciária aos necessitados e aos direitos humanos.

Dos 9.137.700 habitantes do Estado do Paraná, 4.286.926 são habitantes economicamente ativos; dos quais 1.435.837 são rurais. Do quadro da população economicamente ativa rural, temos 412.702 empregados rurais; bóias-frias e minifundiários;

99.956 com carteira assinada; 413.701 trabalham por conta própria; 54.735 são empregadores; 539.509 não possuem remuneração, são agregados; a mão-de-obra é avulsa, Srs. Deputados.

Diante deste quadro, constatamos que 80% dos cidadãos rurais ganham menos de um salário-mínimo por mês. E a nível global, constata-se que da população economicamente ativa, 80% recebe até dois salários-mínimos.

Em consequência desse desalentador quadro social, vemos crescer astronômicamente a criminalidade não só no Paraná, mas em São Paulo, Minas, Rio Grande, Santa Catarina e nos demais rincões brasileiros, o medo e a miséria humana.

Ao Estado, no meu entender, cumpre a defesa da cidadania ou seja a seguridade social através dos seus mecanismos, tais como: a Polícia Civil, a Polícia Militar e uma Defensoria Pública.

A Polícia Militar, tem 80% do seu quadro composta por soldados de Segunda Classe e Primeira Classe, sendo que os primeiros representam 15% destes, auferindo de 2 a 2 e meio salários-mínimos. Aos soldados de Primeira Classe auferem até cinco salários-mínimos.

O atual Governo de Álvaro Dias, aprovou a abertura de mil vagas para preencher os quadros, sendo o ingresso, na função de soldado de segunda classe, por um período nunca inferior a seis meses.

A Polícia Civil tem um quadro onde 20% auferem até dois salários-mínimos; 30% auferem de dois a cinco salários-mínimos; 30% de cinco a sete salários; 10% de sete a dez salários, e 10% acima de 10 salários-mínimos.

Já a Defensoria Pública, recentemente criada, não dispõe ainda de quadro.

Escudado nesta realidade sócio-econômica, marcadamente perversa, assumimos a responsabilidade de conclamar todos os segmentos sociais paranaenses a fim de que se empenhem na luta em prol da melhoria das condições de vida das camadas menos favorecidas.

Tanto quanto exigir do Governo que assumirá o cargo em 15 de março melhorias salariais dos quadros da Polícia Militar e Polícia Civil bem como a efetiva implantação da Defensoria Pública do Paraná. Três organismos que merecem especial atenção no nosso Governo, seja no adequado aparelhamento, quer seja com salários justos e condizentes, capacitação profissional, oferecendo aos servidores condições dignas para levarem adiante o compromisso de minorar o sofrimento dessa camada da população sofrida amedrontada e que a cada instante aumenta diante de um quadro sócio-econômico violento e desumano.

A esperança da sociedade, Srs. Deputa-

dos, está apoiada nas mudanças que pretende fazer o futuro Governador do Estado do Paraná.

Quando eu venho a esta tribuna levantar este tipo de questão ou estas questões do desajuste social, é porque o povo brasileiro está passando por miséria e violência. Imediatamente, Srs. Pares, nos deparemos com dois fatores interligados que se conjugam, acredito, de uma forma independente: os de origens conjunturais e os de origens estruturais. O primeiro me parece, a grosso modo, o mais importante, levando-se em consideração que a maioria dos problemas parece surgir a partir daí e que se dirigem ao encontro econômico, social, não só econômico, econômico-social e psíquico.

Daí a atribuição de que os problemas devem ser resolvidos unicamente nesta esfera, de onde poderemos acabar caindo na mesma retórica que a criminalidade em alta e também a pobreza intensa nada mais é do que o reflexo da situação sócio-econômica porque estamos passando e, sem que se resolva tal situação, qualquer medida, hoje no Paraná, ou em termos de Brasil, será ineficaz. Pelo mesmo lado podemos observar que os mais recentes governantes vêm se debatendo nesta área, razão pela qual a máquina estatal vem há muito apresentando algum ruído de difícil saneamento: aparecem, então, os reflexos negativos em várias áreas.

Os problemas estruturais que parecem depender, na maioria dos casos, dos problemas que eu já citei, se perdem num emaranhado de normas, atravancados num sistema emperrado que apresenta inúmeras falhas. No momento em que é veiculado pelos meios de comunicação que a saúde do Paraná vai muito bem, que a segurança do cidadão vai melhor, que a segurança, que a educação, que o sistema rodoviário vai melhorar ainda mais e que a agricultura, esteio das riquezas primárias do Estado está ainda muito melhor, é preciso olhar, refletir e repensar.

Faz-se mister, acredito que o novo Governo do Paraná, que Deus o ilumine, procure levantar com mais energia os problemas das várias Secretarias de Estado, através de pessoal de linha de frente, mais familiarizados no ramo do trabalho, para que em conjunto esses problemas sejam estudados, debatidos de forma a propiciar soluções adequadas dentro da estrutura da máquina administrativa.

Para finalizar, digo aos senhores, um dos pontos importantes deste meu pronunciamento hoje nesta Casa de Leis é a Polícia Civil do Paraná é o fato de que o aparelhamento não condiz com a realidade, enquanto o marginal foge em veículo incrementado, o policial corre de patinete e de

Chevette; enquanto o policial utiliza revólver calibre 22, o marginal utiliza potentes e sofisticadas armas.

Por outro lado, ao nos atermos ao soldo de um policial militar, verificamos que este por não ser atrativo, o contingente da Polícia Militar, da nossa gloriosa Polícia Militar, está se passando dia após dia para as empresas particulares que atualmente vêm remunerando 100% a mais do que o salário que ganha um policial militar no Estado do Paraná.

Diante deste fenômeno, o quadro policial militar está defasado de pessoal intelectual apropriado para participar mais ativamente do sistema de policiamento ostensivo que hoje praticamente é inexistente em qualquer cidade do Estado do Paraná, na capital, no interior, sem se falar no déficit do transporte policial em serviço que na maioria das vezes ou não tem gasolina ou não tem viatura.

Muito mais eu teria por dizer aqui hoje, porém deixo aos nobres Pares do PMDB, do PTB, do PDT, do PSDB, do PL, do PT, do PRN, de todos os partidos desta Casa, deixo uma reflexão, no sentido de tomarmos medidas necessárias, para, em esforço conjunto, encontrarmos uma solução e assim estabelecermos o pleno estado de direito, dever especialmente dos legisladores, representantes do povo e para que foram eleitos.

Para que o Secretário de Segurança Pública deste Governo e do futuro Governo possa realizar a polícia dos meus sonhos e a polícia dos sonhos da família do Estado do Paraná, precisa no mínimo, Srs. Deputados, de verba, de dinheiro para aplicar nos seus projetos e que esses projetos venham ao encontro da segurança da família paranaense e para que isto aconteça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para qualquer que seja o Secretário de Segurança, realizar um planejamento eficaz, dinâmico e que vá ao encontro do palácio do rico à cabana do pobre e é preciso nós, Parlamentares, nos unirmos, todos os partidos políticos, e repensarmos o orçamento do Estado do Paraná, temos que dar dinheiro para a segurança pública do Estado do Paraná realizar os sonhos da família paranaense.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Alborghetti, dando razão ao seu pronunciamento, quero contar à Assembleia uma crônica de Curitiba.

Na Praça da Ucrânia, onde mora o Sr. Governador até depois de amanhã, e também vizinho do endereço do novo Governador, existe um módulo policial onde atende um infeliz lá colocado, quase que para exercer uma vocação de sortista ou de testemunha do infortúnio alheio, nesse módulo po-

licial tem sido freqüente as queixas das mães de crianças do prédio do Senhor Governador, que quando saem de suas casas e vão para os colégios ali vizinhos, para a Cultura Inglesa ou o Colégio Positivo, são sistematicamente assaltadas por um grupo de marginais que tiram a roupa das crianças e as crianças voltam sem camisa, sem tênis, sem a bermuda para dentro de casa, no prédio do Sr. Governador.

Eu sugeriria até aos programas policiais da cidade, a manchete: Vizinhos do Governador voltam pelados para casa.

Então, veja Sua Excelência, a gravidade, a falência do sistema de segurança da cidade no próprio bairro do Champagnat, da altíssima burguesia curitibana, onde moram os dois ilustres representantes: o que sai e o que vai entrar.

E veja a crônica de Curitiba, a aflição da população diante deste episódio. Isto só reforça o seu pronunciamento.

Uma vez eu disse nesta tribuna aí que o Champagnat agora ia ser o bairro mais seguro do mundo, porque Álvaro Dias tinha deixado a mansão oficial e se mudou para lá. Mas, parece que não. Parece que a insegurança é pública, é notória, e é até nas barbas do Senhor Governador.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Bem, Srs. eu quero agradecer o Líder do PMDB e a todos os Deputados que me cederam tempo, eu só queria pedir com humildade e respeito: é preciso repensar o Orçamento do Estado do Paraná na área de segurança pública.

Srs., ao invés de darmos muito dinheiro para comunicação social, ao invés de darmos dinheiro, digo, nós temos que dar certo para a saúde, para a educação, para a agricultura. Mas o mais importante, Srs. além da miséria, além da fome, além do sofrimento e da desgraça que abate este país, que abate toda a Nação brasileira, o importante hoje é a segurança pública da família paranaense, sabendo que o importante é a comida é a casa, é uma agricultura forte, mas nós temos que repensar o Orçamento do Estado, repensar, Srs. Deputados, principalmente na área de segurança. Ao invés de darmos muito dinheiro para que o Governo faça promoções, seja lá de qualquer tipo que seja, o importante é pegarmos uma fatia dessa verba e levarmos para a Secretaria de Segurança para que o Secretário possa realizar os seus projetos a através desses projetos ele entregue ao palácio do rico à cabana do pobre uma segurança na polícia Militar, na Polícia Civil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PSB com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assuntos hoje foram bastante palpitantes, a exemplo desse que o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti aborda, quando envolve a falência da segurança no Estado, e nós nos associamos, e aí ele citou muito bem, também, a falência da educação.

Nós não podemos deixar de registrar nesta oportunidade e mais uma vez desta tribuna, fato que nos feriu muito, fato que feriu o magistério do Estado, fato que feriu o Estado do Paraná, e desta tribuna eu já tive oportunidade de abordar por duas vezes. Mas neste momento quando se antecipa a lembrança de mais um episódio grave do 30 de agosto de 1990, nós temos que frisar nesta Casa mais uma vez que esta ferida dói e dói demais, no Paraná, pela truculência deste Governo que autorizou a Polícia Militar, esta mesma polícia explorada que acabou de dizer o nobre Parlamentar Alborghetti, determinou, através do Secretário de Segurança, através dos seus comandantes, através da ação do próprio Governador, que os professores fossem feridos no 30 de agosto, em praça pública, e as terras do Paraná fossem manchadas com o sangue do educador neste Estado. Frisamos isso hoje e nos pronunciamos neste momento. Por quê? Porque amanhã, às 13:30 horas, estará sendo ouvida no Tribunal de Justiça Militar a maior vítima daquela truculência, a Professora Nelci Fritizen, afetada, ferida com mais de 20 estilhaços pelas bombas de talco, bombas de talco que nós temos a certeza o Governador não teria coragem de usá-las para se cheirar bem.

Nós temos a certeza que aqueles que mandaram, que determinaram que os policiais utilizassem daquela violência contra quem se manifestava apenas por uma questão reivindicatória, nós temos a certeza que aqueles não teriam coragem de utilizar as mesmas bombas de talco contra os seus parentes se estivessem junto àquele movimento reivindicatório.

Nós tivemos e registramos o porquê deste fato de amanhã. Naquele episódio vários professores foram feridos, especialmente a Professora Nelci quando se abaixava para socorrer uma criança, que nem a criança fora respeitada naquele momento, e aqui se falou muito em paz nesses últimos dias.

Nós temos a certeza que amanhã... e o Deputado frisava muito bem a questão da exploração da polícia. A polícia, o policial, o praça que se utilizou daquele artifício ele não se utilizou por iniciativa própria: ele tinha um comandante que lhe ordenava que usasse da agressão para re-

primir um movimento pacífico. Enquanto os professores vinham pacificamente gritando pela praça os direitos reivindicatórios roubados neste Governo, eles eram atendidos às pauladas à base da cavalaria e à base de bombas. E nós temos certeza que amanhã estarão sentados no banco dos réus aqueles que determinaram aos praças e aos oficiais que agissem daquela forma. Nós temos certeza que quem estará sentado no banco dos réus serão de fato três praças e um oficial, e temos a certeza que esses praças e esses oficiais pagaram por aquilo que lhe determinaram os superiores. Lamentavelmente se assistem cenas como essas num Estado como o Paraná.

Por isso nós dizíamos há poucos dias desta tribuna que temos a certeza de que o povo do Paraná aguarda com ansiedade a saída deste Governo e a entrada, de fato, de um Governo que se comova com os problemas sociais, com os problemas do Paraná e não com as vaidades pessoais. E nós víamos até há poucos dias este mesmo Governo dizendo do compromisso cumprido com a educação, como se na educação do Paraná tivesse apenas a educação pré-escolar, como se neste Estado tivéssemos apenas mais de 100 mil crianças no ciclo básico ou no regime de tempo integral. Ele não nos falou nestes 4 anos de como ficaram as condições das crianças que freqüentam a escola pública, em torno de 1 milhão e meio, e como ficaram também as mais de 3 mil escolas em seu Governo, em sua maioria totalmente sucateadas e uma escola pública totalmente desassistida, e talvez as benesses das suas propagandas se tenham dado em cima da miséria do salário pago ao professor e pago ao servidor público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não foi concedida a palavra ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Ou eu não estou bem de palavra ou Vossa Excelência não está bom de audição. O PMDB foi o primeiro a ser chamado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Talvez as duas coisas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Mas se Vossa Excelência quiser falar...

O SR. ORLANDO PESSUTI - O Deputado Dirceu Manfrinato...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Então, vamos ouvir o Deputado Manfrinato.

Curitiba, quarta, em 13.03.91

O SR. ORLANDO PESSUTI - Esta Liderança agradece a benevolência de Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a Vossa Excelência pela colaboração em ceder o Horário da Liderança que já havia sido convocado, agindo democraticamente, assim como agiu também no horário do PRN, que se estendeu durante 17 minutos.

Excelência, Sra. Deputada, Srs. Deputados. Queremos dizer ao ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti que quando se fala da preocupação da segurança em nosso Estado, é evidente que quando se fala em segurança pública, não podemos analisar o aspecto do Paraná.

Temos que ir muito mais longe dizendo que a segurança pública de nosso país hoje é o caos. Ela abrange todos os segmentos dos estados brasileiros onde não existe uma disciplina, como deveria existir dentro dos órgãos de segurança de nosso País. Faço uma ressalva ainda, existe dentro de nós as três forças superiores de segurança de nosso País: Força Aérea Brasileira, o Exército e a Marinha, que são as grandes reservas morais que possuímos. O que se precisa fazer com a segurança é apenas corrigir os fatos que ocorrem; fazer uma reciclagem nos casos daqueles que estão investidos da autoridade de manter a segurança da população e utilizando destes benefícios compactuando com o roubo deste Estado e outros Estados brasileiros.

Como a população cobra de nós Parlamentares, às vezes vítimas de alguns casos denunciados até injustamente pela imprensa brasileira com relação ao comportamento dos Srs. Deputados, se cobram de nós que somos reponsáveis pela fiscalização, temos que cobrar também que haja uma mudança na Polícia Civil, Militar do Paraná.

Criticam a questão da segurança no Governo Álvaro Dias, mas sou testemunha. Aqui existem muitos Deputados que são testemunhas. Foi o Governo que mais distribuiu viaturas para o Paraná, recebendo inclusive o apoio do ex-Presidente da República José Sarney, quando fez aquela campanha no Brasil pela paz. O Paraná foi beneficiado com muitas e muitas viaturas. O Governador adquiriu várias viaturas, ampliando também o Corpo de Bombeiros, ampliando uma série de unidades da Polícia Militar de nosso Estado. Mas acho que precisamos repensar a questão da segurança.

Não é o Secretário da Segurança que é o responsável, como vi hoje no programa "Cadeia" o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a quem tenho muito respeito, a sua crítica ao Secretário de Segurança. Não podemos marginalizar, quando sabemos que não existem recursos orçamentários e não

podemos fazer milagres.

Cabe a nós, principalmente ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que é o Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, convocar os demais membros e convidar o Sr. Secretário para debater o assunto, juntamente com a Polícia Civil e Militar.

Entendo que mudanças têm que ser feitas. Algumas coisas têm que ser mudadas. Assim como desejamos que haja uma ampla mudança na esfera do Governo Federal, como ouvi hoje um Líder do PRN utilizando o programa "Cadeia" tecendo grandes críticas ao Governo do Paraná. Mas acho que temos que fazer uma análise profunda. Entendo de que o Paraná durante o período do Governador Álvaro Dias, enfrentando as dificuldades, as secas, as chuvas, e quebra de arrecadação, ainda entendo que o Governador Álvaro Dias foi um excelente Governo.

Se nós analisarmos as condições que vivemos dentro do Governo do PRN, que é o Governo do Presidente Fernando Collor, apenas em oito meses conseguiu alcançar o repúdio do povo brasileiro e hoje o Presidente Sarney está sendo comparado e está sendo melhor que o atual Presidente da República.

Meu caro Líder do PRN, criticar é muito fácil. É muito fácil atirmos pedras. Mas temos que analisar com profundidade porque afinal, estamos respaldados por um mandato popular e pesa sobre nós a responsabilidade daquilo que fizemos. Até lamento profundamente este episódio que aconteceu com o ex-Governador José Richa, a quem tenho muito respeito, a quem também devo muito pela minha região pelo que fez como Governador do Estado. Lamento este episódio. Não é do meu conhecimento este comportamento do Senador José Richa. E eu acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, segundo o nosso Líder do PRN, Deputado Valdir Rossoni, pedindo a presença do ex-Governador e a presença do Governador Álvaro Dias, que a partir de amanhã deixa de ser Governador, a esta Casa, discordo profundamente.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)

Um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Nós temos que resgatar, sem dúvida nenhuma, a legitimidade do Poder; mas as brigas pessoais que existem entre os políticos, não podem se arrolar diante de um Poder Legislativo onde existem 54 responsáveis pelo povo do Paraná. Tivemos episódios que ao invés de valorizar o Poder Legislativo, desvalorizam-o. Assim como saiu também o Governador José Richa do Palácio Iguaçu, criticado pelo escândalo do Banco Del Paraná e por tantas outras coisas, fim de Governo, infelizmente, tem aqueles que querem denegrir a imagem da-

queles que trabalharam tanto.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 01/91, subscrito pelo Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado que irá representar este Poder nas festividades do Município de Grandes Rios. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei em n° 05 (cinco), de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n° 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inclusão na Pauta da Ordem do Dia, da sessão do dia 14 do corrente, o Projeto de Lei n° 010/91. Em Discussão

O SR. JOSÉ COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem)

- Sr. Presidente, Vossa Excelência poderia ler o requerimento de autoria do Deputado Orlando Pessuti?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - "O Deputado que o presente subscreve"... "(Lê referido requerimento)"

O SR. JOSÉ COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem)

- Não se justifica o pedido de urgência por parte do Sr. Deputado Orlando Pessuti, Líder do PMDB nesta Casa, mesmo porque a Comissão de Constituição e Justiça está agindo de acordo com o Regimento Interno, fazendo distribuir toda a matéria que chega à sua Comissão dentro do caso Regimental. O Deputado naturalmente invocou, no parágrafo 2° do Art. n° 50 - "que

tornando-se matéria urgente como tal, considerada pelo Plenário ou por esse Regimento, o Presidente designará Relator independentemente de reunião da Comissão, tendo nesse caso, Deputado destacado por esse mister o prazo de 48 horas, para oferecer o seu parecer".

Ocorre, Sr. Presidente, que a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, fez cumprir o artigo n° 51, no seu parágrafo 1° - "O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado nesse artigo", e antes fala: "O membro da Comissão que for designado, a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação do seu parecer escrito". Ocorre ainda que essa matéria estará amanhã sendo apreciada no plenário desta Casa Legislativa, onde o senhor liquidante extrajudicial do Badep estará presente à Comissão de Constituição e Justiça, para prestar melhores esclarecimentos sobre o ocorrido.

Portanto, improcede o requerimento do Sr. Deputado Orlando Pessuti, no nosso entendimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu lamento dizer, mas no nosso entendimento, o nosso requerimento está revestido de amparo regimental. Artigo 183 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa. "Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma: será concedido o prazo de 48 horas a cada uma das Comissões permanentes, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres".

Eu lembro aos Senhores Deputados que já há mais de uma semana nós aprovamos o regime de urgência para essa matéria e foi aprovado por esse plenário e até hoje a Comissão já passou as 48 horas e não ofereceu parecer. Expirado os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres. Não é o caso porque não recebeu os pareceres. Na falta desses pareceres a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

O que é que pede o nosso requerimento e que foi lido pelo seu Presidente, desta feita, muito bem entendido por nós.

Nós estamos requerendo apenas e tão somente que esse projeto de lei passe a constar da pauta e não da Ordem do Dia, é o que estabelece o artigo 183, em sua alínea C, nós não estamos pedindo nada que fira o regimento, apenas que conste, ele constará da pauta amanhã, depois e somente na outra semana é que ele será incluído na

Ordem do Dia, ocasião em que a Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças, já terá exarado seus pareceres, quicá, aprovado ou rejeitado esta proposição. Nós estamos pedindo apenas que seja incluído na pauta para cumprir o Regimento que aprovamos no início do mês de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência tem pautado a sua conduta, após a promulgação do novo Regimento Interno em prestigiar as Comissões.

No ano passado, fomos até acusados de muita ligeireza na apreciação dos projetos, e neste período legislativo, nós estamos e pretendemos prestigiar as Comissões, como o Regimento Interno, ainda está na sua fase inicial, nós vamos indeferir a questão de ordem do Deputado Orlando Pessuti, para aguardar o pronunciamento da Comissão de Justiça, cujo Relator solicitou, se não me falha a memória, a presença de um dirigente do Banco Central.

Deputado Orlando Pessuti, infelizmente nós vamos indeferir o requerimento de Vossa Excelência, lamentando este episódio. Eu, na qualidade de Presidente da Assembléia, pretendo que as Comissões funcionem. Precisamos que as Comissões funcionem. Precisamos que ela opine, que ela dê seus pareceres. E eu considero isto muito importante para o prestigiamento do Poder Legislativo. Embora Vossa Excelência tenha razão, no seu requerimento, eu na qualidade de Presidente desta Assembléia, encarregado de conduzir os trabalhos, peço desculpas a Vossa Excelência; ou em latim, eu peço vênica a Vossa Excelência, para não aceitar o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. NELSON JUSTUS - (Pela Ordem) Apenas para corroborar com o esclarecimento desta Presidência. Quando o relator recebeu o processo da Comissão para relatar sobre o fato, não constava o regime de urgência no bojo deste processo. O que vale dizer que o espírito da Comissão e o espírito deste Relator é exatamente colher o maior número possível de subsídios para que não só os membros da Comissão, mas toda a Casa possam ter com clareza e conhecimento e enriquecimento do assunto, do tão famigerado FDE, para que todos nós possamos não só dar o nosso parecer, mas analisarmos em conjunto. Este é o espírito da "coisa".

E vale dizer que, realmente, este Relator, quando recebeu o processo, não constava no seu bojo, o regime de urgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia que o projeto vai figurar na

pauta a partir da quarta-feira da semana que vem.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós agradecemos, Senhor Presidente, e esperamos que até lá nós possamos, realmente, ver concluído a tramitação nas Comissões, porque evidentemente o maior prestigiamento que nós possamos dar às Comissões é que elas realmente se reúnam e produzam os seus relatórios.

A nossa intenção, ao apresentar o requerimento, foi para que fizéssemos cumprir fielmente este Regimento. E Vossa Excelência mesmo declinou a este Plenário que o nosso Requerimento estava devidamente fundamentado. E nós concordamos, fielmente, com a decisão de Vossa Excelência, tendo em vista que a decisão tomada nos parece que merece o assentimento de todo este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Proposição n. 28/91 - Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 07/91 VETO ao Projeto de Lei n.º 360/90, de autoria dos Deputados Haroldo Ferreira e Rubens Bueno, que dispõe sobre a criação, organização e competências do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Com parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/CC/N.º 15/91

Curitiba, 03 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 348/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1.º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 360/90, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e juventude, vinculado à Secretaria do Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente, além de adotar outras providências.

A matéria, em razão de sua natureza e do alto significado que a reveste, foi submetida a exame de órgãos técnicos das

várias Secretarias de Estado que, direta ou indiretamente, exerçam atividades vinculadas ao assunto. As Pastas ouvidas, embora realçando a relevância e os elevados objetivos de que é revestida a proposição entenderam ser a medida, pela forma como está posta, de difícil exequibilidade, apresentando sobremais nódoa de inconstitucionalidade, como por exemplo, o malfeiramento ao art. 135, inciso I, da Constituição do Estado, em razão da inexistência, na Lei Orçamentária de 1991, de recursos necessários à execução do referido projeto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 360/90, encontra-se publicado no D.A. n° 75/90, de 21.06.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 007/91

P A R E C E R:

A presente proposição veta o Projeto de Lei n° 360/90, de autoria dos Deputados Haroldo Ferreira e Rubens Bueno, que regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, tendo sido comunicado a esta Casa através do Ofício DTL/SAT/CC/N° 15/91.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, verificamos primeiramente que a negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal; quanto às razões do veto, o Senhor Governador argumenta que o projeto é inconstitucional, tornando o mesmo de difícil exequibilidade por não estar previsto na Lei Orçamentária de 1991. Ora, como fazer previsão de entidade jurídica que inexistia na época da elaboração e votação da LDO? Temos certeza que o mesmo poderia ocorrer na próxima elaboração ou, ainda, o Senhor Governador poderia fazer uso de dispositivo legal que autoriza revisão no Orçamento logo após a sanção do projeto, encaminhando mensagem para suporte do fundo a ser criado de acordo com o cronograma de gastos.

O Senhor Governador, em suas razões, argumenta que o inciso I do artigo 135 da Constituição Estadual veda o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual, mas verifica-se que o mesmo não ocorre, e sim que está sendo cumprida previsão legal, de acordo com a Lei n° 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu inciso II, artigo 88, que torna obrigatória a criação do Conse-

lho. Caso contrário, estará o Estado incorrendo em penalidade, pois não haverá repasse de recursos federais, se não cumprido o citado dispositivo legal.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

Em votação.

O SR. FLORISVALDO FIER - Peço a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Dr. Rosinha, para encaminhar a votação. V. Exa. tem dez minutos.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados; o nobre Deputado Luiz Alborghetti fez uma exposição da realidade paranaense, da situação sócio-econômica do nosso Estado. E constatou, através de dados aqui expostos, a real situação de miséria e de penúria da classe trabalhadora. E são os filhos desta classe trabalhadora que estão na rua e que são considerados menores abandonados.

E esta constatação foi feita de uma maneira a abordar a questão estrutural e conjuntural. Nós entendemos que estruturalmente, o País foi-se constituindo aonde se favorece uma minoria, uma elite que domina o nosso País há cinco séculos.

Nessa constituição estrutural há concentração de renda, concentração da terra, concentração da riqueza, monopólio de indústrias e aonde o trabalhador vai cada vez mais sendo afastado da riqueza que o Brasil produz. Conjunturalmente esta situação tem piorado a partir da última década e agravando ainda mais, no último ano com a recessão e o desemprego, aumenta-se a fome, aumenta-se a miséria e aumenta-se o número de crianças nas ruas; são crianças, filhas da classe trabalhadora, que não são eles somente abandonados, são seus pais que são abandonados pela sociedade e pelo Estado brasileiro. Portanto, nós temos que ter também uma ação estrutural lutando para que resolva esses problemas.

Como nós sabemos que a solução passa pela reforma agrária, passa pela distribuição da riqueza, passa pelo fim da exploração, não podemos ficar parados, temos que lutar para que isso se concretize. Mas problemas veementes colocados na sociedade não pode esperar isso, e são os problemas dos chamados menores abandonados. São milhares de crianças nas ruas, e como deu recentemente, a própria "Folha de São Pau-

Curitiba, quarta, em 13.03.91

lo", milhares de crianças adolescentes se prostituindo em função de poder viver, de poder sobreviver, porque a vida implica em muito mais coisas do que simplesmente comer e dormir.

Esse projeto que agora estamos discutindo tenta no mínimo trazer essa discussão para a sociedade, o projeto que cria o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, ao remeter na formação desse conselho, é tentar envolver a sociedade como um todo para discuti-lo e tirar da instância de Estado, da instância burocrática, que tantos erros tem cometido nos últimos anos no nosso Estado e no nosso País.

Então, para democratizar esse Estado nós somos pela derrubada do veto do Governador, é a única maneira que nós Deputados podemos contribuir para que ocorra uma descentralização nessa gestão política, para que assim possam ser formuladas políticas coerentes, que venha atender a necessidade e que ela deixe de ser formulada dentro das quatro paredes dos palácios, porque os palácios estão muito longe da miséria, muito longe do menor abandonado.

Nós pedimos e solicitamos a todos os nobres pares para que derrubemos esse veto, assim como já solicitou a nobre Deputada Emília Belinati. Vamos fazer coro com a sociedade civil, vamos democratizar essas decisões e vamos constituir esse conselho, que não tem remuneração nenhuma, que não trará despesa nenhuma para o Estado; e a alegação de que não tem rubrica para o orçamento, bem disse a Deputada, se nós mantermos o veto também não terá rubrica para o ano que vem porque não existe o conselho, não existe a proposta de trabalho. Portanto, era essa a nossa posição e a nossa solicitação aos nobres pares. Muito obrigado.

O SR. FLORISVALDO FIER: Muito Obrigado!

SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI: Sr. Presidente, acho que, lendo a mensagem do ilustre Governador Álvaro Dias, onde ele diz: "A matéria em razão de sua natureza e do alto significado que reveste foi submetida a exame de órgãos técnicos das várias Secretarias de Estado que direta ou indiretamente exerçam atividades vinculadas aos assuntos. As pastas ouvidas, embora realçando a relevância e os elevados objetivos de que é revestida a proposição entenderam ser a medida, pela forma como está posta de difícil execução".

Ele diz que inexiste na lei orçamentária de 1991 recursos necessários para a execução desse referido projeto, mas eu acho importante que esse Projeto deveria ficar no Governo do Estado, e para o próximo ano nós já discutiríamos nesta Casa,

no orçamento do Estado recursos para o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Então gostaria de conclamar os Pares de que nada impede de que esse Conselho venha a ficar criado definitivamente, esse conselho é muito importante para defender a criança drogada, a criança abandonada, o jovem delinquente, enfim, a criança e o adolescente de uma forma geral. Acho que não custa nada esse conselho ficar criado. E para o orçamento do ano que vem nós poderíamos dotar esse conselho de verbas para que ele realmente viesse a caminhar de encontro ao seu futuro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se iniciar o processo de votação. A Mesa esclarece ao Plenário que para votação da Proposição n° 07/91, veto apostado ao Projeto de Lei n° 360/90, adotará o disposto pelo parágrafo 4° do artigo 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será por escrutínio secreto. Ao ser chamado pelo Senhor 1° Secretário que procederá a chamada nominal duas vezes, o Deputado deverá se dirigir à Mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor 1° Secretário, a seguir dirigir-se-á à cabine indevassável localizada à direita da Mesa em cujo teor encontrará a cédula de votação contendo as expressões SIM e NAO. Os Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão SIM, os contrários, por conseguinte a favor do projeto e contrários ao veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão NAO.

Se algum Deputado tiver qualquer dúvida a Mesa está em condições de responder.

Após haver feito a sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

A Presidência deseja salientar que para rejeição do veto com a conseqüente aprovação do projeto será necessário que 28 (vinte e oito) Senhores Deputados votem NAO, conforme previsão da parte final do parágrafo 4° do artigo 71 da Constituição Estadual. Em síntese, Deputados a favor do veto votarão com a cédula SIM, e Deputados contra o veto e a favor do projeto votarão com as cédulas NAO.

O Senhor 1° Secretário vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à 2ª chamada).
Quarenta e sete Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram quarenta e sete Senhores Deputados.

Designo Comissão composta pela Deputada Enília Belinati, Dr. Rosinha, Luiz Carlos Martins e o Deputado Domingos Carvalho, para, juntamente com o 1º Secretário, comporem a Comissão Escrutinadora. Qualquer impugnação deverá atender o estabelecido nos artigos n.ºs 169 e 171 do Código Eleitoral, conforme decisão anteriormente adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

Votaram 47 Senhores Deputados. Pela manutenção do veto 5 votos, pela rejeição do veto 41 votos, brancos 1. Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

A Presidência solicita a atenção do plenário e dos Senhores presentes para informar que, de acordo com o disposto no § 5º do art. 71 da Constituição Estadual, comunicará ao Senhor Governador a decisão adotada por esta Casa em relação ao veto, ou seja, a não manutenção do mesmo pelos Senhores Deputados e enviará o projeto para promulgação pelo Senhor Governador do Estado. Informa ainda que, de acordo com o disposto no § 7º do art. 71 da Constituição Estadual, o Senhor Governador disporá de 48 horas para promulgação. Se a lei não for promulgada dentro do prazo referido, o Presidente da Assembleia Legislativa o promulgará. Se este não o fizer, em igual prazo caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 28/91 VETO ao Projeto de Lei n.º 002/91, de autoria do Deputado Acyr Mezzadri, que corrige tabelas do Regimento de Custas, previstas nas leis n.ºs 6149, (09.09.70) e 8678 (22.12.87) e ratifica a resolução normativa n.º 01/90 do Poder Judiciário. Com parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/Nº 96/91

Curitiba, 06 de fevereiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 020/91, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 002/91, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo majorar no percentual de 70% (setenta por cento) o valor do VRC (valor de referência de custas), previsto nas tabelas estabelecidas pela

Resolução n.º 01/90 do Poder Judiciário, ratificando-a, além de alterar a Lei n.º 7567, de 12 de janeiro de 1982, suprimindo a palavra "semestralmente" do art. 20.

O Projeto de Lei em referência não pode merecer acolhimento tendo em vista que, consultada a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Paraná - seu Presidente, em ofício dirigido a este Poder, assim se manifestou:

"Busca o Projeto de Lei sob exame a convalidação da inconstitucional Resolução Normativa n.º 01/90 do Poder Judiciário, que alterou tabelas do Regimento de Custas do Estado do Paraná, invadindo competência reservada ao Poder Legislativo, pela Constituição Federal (art. 24, IV, c. c. art. 48) e Constituição Estadual (art. 13, IV, c. c. art. 53).

Anote-se que tramita perante o Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que visa a declaração da inconstitucionalidade da indigitada Resolução (autos n.º 424-7 S.T.F., face à absoluta ausência de competência do Poder Judiciário para tratar da matéria.

Consoante se depreende da expressa redação do artigo 2º do Projeto de Lei ratificou-se a Resolução Normativa n.º 01-90, do Poder Judiciário. Vale dizer, o Projeto de Lei insiste em considerar competente o Poder Judiciário para legislar sobre a matéria, renunciando a competência indelégável. Note-se que não há uma nova lei sobre custas, emanada do Legislativo, mas a manutenção de um ato emanado de Poder incompetente.

Persiste, pois, a inconstitucionalidade primitiva, insanável. A delegação de poderes legislativos, fora dos casos expressos na Constituição, é juridicamente impossível, posto que tais poderes são irrenunciáveis, quer "a priori", quer "a posteriori".

A inconstitucionalidade contamina todos os dispositivos do Projeto de Lei, posto que o art. 1º objetiva aumentar custas fixadas naquela inconstitucional Resolução Normativa, o que deixa sem sentido o artigo 3º.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n.º 02/91 encontra-se publicado no D.A. n.º 163, de 08.01.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER

O presente projeto de Lei que corrige as tabelas do Regimento de Custas, preceitas nas Leis n.ºs 6149 (09/09/70) e 8678 (22/12/87) e ratifica Resolução Normativa n.º 01/90 do Poder Judiciário, atende integralmente os ditames Constitucionais Federais e Estaduais, e não obstante, foi parcialmente vetado pelo Governador do Estado.

O veto Governamental autografado em 06/02/91 está em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis eis que a providência se encontra dentro do prazo regimental previsto, além de atender às demais formalidades legais e regimentais, devendo tomar sua regular tramitação.

Assim, somos de parecer favorável pela sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

Em votação

No mesmo sistema de votação. Os Senhores Deputados favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão SIM. Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão NÃO.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente. Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell, para encaminhar a votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na votação anterior a bancada do PT se posicionou contrária à manutenção do veto do ilustre Governador do Estado. Todavia, quanto à Proposição n.º 28/91, somos compelidos a nos dobrar às razões do Governador e temos que concordar com ele. Digo isto porque esta proposição não passa de um remendo muito mal feito, talvez ocasionado por uma omissão anterior do Poder Legislativo, que não usou de suas atribuições e funções constitucionais para citar e regulamentar, definitivamente, toda a política de custas judiciais neste Estado.

Observei hoje na Casa muitas pessoas aqui trabalhando no seu legítimo interesse, fazendo "lobby" para que pudessemos acatar as razões desta proposição e apoiá-la. Todavia, não vi este mesmo empenho destes senhores, até mesmo muitos integrantes desta Casa, ilustre Deputado, serventuários da Justiça, em propor uma proposição, uma proposta de regulamentação das custas judiciais deste Estado. E que

pudéssemos, a partir desta proposta, encaminhar esta discussão para a Ordem dos Advogados do Brasil, encaminhar esta discussão para a população de um modo geral, para que todos estes interesses em jogo pudessem se conciliar, pudessem se compatibilizar e aí pudéssemos ter, finalmente, uma legislação que regulamentasse a política de custas no nosso Estado.

E o que é mais grave nesta proposição, Senhores Deputados, é que ela fere frontalmente o artigo 13 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 53, inciso III da nossa Carta Magna.

Estes dispositivos constitucionais estabelecem claramente que compete ao Poder Legislativo opinar, se manifestar sobre custas. Porém, através de uma resolução normativa do Poder Legislativo, a Resolução n.º 01/90, foi estabelecido, vejam bem, pelo Poder Judiciário, as custas. O que aconteceu? A Ordem dos Advogados do Brasil atenta, percebendo que o Poder Judiciário estava invadindo competência do Poder Legislativo, ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade que inclusive está tramitando perante o Supremo Tribunal Federal.

Se nós rejeitarmos o veto do Governador, entendo que o Poder Judiciário vai incorrer duplamente em uma inconstitucionalidade; a primeira, pela falta de iniciativa em já regulamentar as custas judiciais do nosso Estado, que era da nossa competência; e segundo, ratificar uma resolução inconstitucional, e nós vamos delegar poderes nossos, legislativos, a partir de agora, para o Poder Judiciário, em um precedente gravíssimo que o Poder Legislativo não pode abrir. Digo isso até na condição de quem viveu com serventuários da justiça, com proprietários de cartórios, sei da dificuldade deles. Agora, se nós aprovarmos este remendo, tenho certeza de que jamais, ou pelo menos daqui a muito tempo apenas, é que iremos efetivamente cumprir a nossa função e elaborar definitivamente uma lei que regule as custas judiciais neste Estado. E digo isto porque quem milita sabe perfeitamente que existem graves distorções. Muitas vezes as custas são abusivas em alguns casos; outras são absolutamente irrisórias e incompatíveis com o trabalho desenvolvido pelos serventuários. É exatamente para que nós forcemos agora uma discussão, forcemos os que hoje aqui procuram nos convencer a votar esse projeto de uma forma favorável, é para convencê-los que apresentem através de um dos dez serventuários que temos aqui nesta Casa um projeto para que esta Casa possa discuti-lo, convidamos todas as pessoas envolvidas a finalmente elaborar uma lei que atenda aos interesses dessa categoria, desse setor; mas, fundamentalmente,

aos interesses maiores da sociedade.

Quem milita na justiça neste País sabe que muitas vezes o cidadão com um cheque frio na mão sequer tem condições de ter acesso à justiça para reparar e receber o que é seu porque as custas, muitas vezes, são proibitivas. As custas muitas vezes cobradas impedem que a população tenha acesso à apreciação jurisdicional do Estado. É neste sentido que quero fazer este apelo aqui aos Srs. Deputados: não vamos recomendar algo que já vem viciado de origem -, não vamos aqui ratificar uma decisão normativa do Poder Judiciário que invadiu a competência do Poder Legislativo. Nesse sentido quero, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e tenho certeza extensiva também com a concordância do nobre companheiro do PSB, fazer um apelo aos Senhores, para que nesta oportunidade, nesta discussão votemos SIM. E quero dizer mais, não estamos votando favoravelmente ao veto do Governador aqui, apenas as razões emanadas pelo Governador.

V. Exas. podem perceber que as razões do veto do ilustre Governador são as transcrições da Opinião da Ordem dos Advogados do Brasil. O Senhor Governador se dobrou às razões emanadas pela Ordem dos Advogados do Brasil que considera inconstitucional essa proposição. Sabemos aqui que o voto é secreto. E é talvez aí que nós podemos exercer a nossa posição, livre de pressões, com a consciência absolutamente tranqüila.

Quero dizer aqui aos serventuários que de forma alguma a minha posição é contrária à postulação legítima, em muitos casos, de uma atualização das custas judiciais. Todavia, o remendo ficaria pior que mantermos a coisa como está.

Eu tenho certeza, que uma vez mantido o veto, rejeitado esse reajuste simplório, que fixa um reajuste de cima em baixo, sem tratar situações igualmente de forma igual, situações desiguais, de forma desigual, fazer justiça, eu tenho certeza, que de imediato, de pronto, em breve nesta Casa, estará tramitando um projeto que vai regulamentar em definitivo.

Eu acho inclusive, que na medida em que nós discutirmos, tivermos uma regra clara de todas as custas judiciais, eu acho até que é possível introduzir mecanismos de reajustes automática, de atualização automática das custas.

A partir daí os serventuários terão a sua tranqüilidade para trabalharem e terão a justa remuneração para o seu trabalho.

Bom Senhores Deputados, quero aqui então registrar e solicitar que nesta discussão da Proposição n° 28/91, nós acate-mos as razões emanadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, e vamos votar sim, mantendo o veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito ao Senhor 1° Secretário, que dê início à chamada nominal para votação, Projeto de Lei n° 096/91.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados, para efeitos de votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 47 (quarenta e sete) Senhores Deputados votaram. Designo Comissão constituída pelos Senhores Deputados Nilson Barbosa, Nelson Justus, Duílio Genaro, Eranani Pudell, para juntamente com o Senhor 1° Secretário comporem a Comissão escrutinadora.

Votaram 47 Senhores Deputados; pela manutenção do veto: 14 Deputados; pela rejeição do veto: 33 Deputados.

Está APROVADO o projeto e REJEITADO o veto.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 28/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 07/91), que autoriza aquele poder a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu (APAE), o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado naquele município. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 62/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 39/89), que autoriza aquele poder a alienar aos seus ocupantes os lotes n°s. 1 a 7 da subdivisão do lote n° 162-A da Colônia Zacarias de Goes, integrantes da reserva de Santo Inácio, situada no município de Santo Inácio. Com pareceres favoráveis da C.C.J., C.C.E., C.T.I.C. e C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (11/89, de 21/03/89, Mensagem)

Comissão de Constituição e Justiça PROJETO DE LEI N° 62/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, origina-se da Mensagem Governamental n° 39/89, e objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar aos seus ocupantes, os lotes de 1 a 7 resultantes da subdivisão do lote n° 162-A da Colônia Zacarias de Goes, integrantes da Reserva de Santo Inácio, situada no município de Santo Inácio, ficando excluído do presente plano de lei, a área de 13.3956 ha, constituída pelos lotes n°s 8 e 8-A, da mesma subdivisão, onde estão situadas as ruínas da Redução Jesuística de Santo Inácio, que integra o patrimônio inalienável do Estado do Paraná.

A doação feita aos ocupantes que tenham tornado o imóvel produtivo com o seu trabalho e o de suas famílias, nele man-

Curitiba, quarta, em 13.03.91

tendo morada permanente por dois (2) anos ininterruptos, não podendo entretanto a área doada ser superior a 25 (vinte e cinco) hectares, é de inteira justiça.

O presente plano de lei, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois visa regularizar a situação de sete (7) famílias de humildes lavradores que mantêm, lavouras produtivas na área da reserva, dali retirando o seu sustento e lá estando há vários anos em ocupação.

O Instituto de Terras, Cartografia e Florestas através do parecer n° 34/82, diz, que na mencionada reserva florestal não mais existe cobertura arbórea primitiva ou nativa e que não são os atuais ocupantes os mesmos que nela se instalaram e procederam aos desmates, dirimindo aos atuais ocupantes daquela responsabilidade, e que os lotes objeto do presente plano estão cultivados com pequenas lavouras, fato que, destituiu a finalidade para qual a área foi criada.

Convencidos plenamente dos superiores interesses do presente plano de lei, e não encontrando óbice algum, tanto legal, regimental ou constitucional para sua tramitação e consequente aprovação por esta Casa de Leis, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 62/89

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 39/89, o presente projeto de lei, tem como objetivo, autorizar o Poder Executivo a alienar aos seus ocupantes, os lotes de 1 a 7 resultantes da subdivisão do lote n° 162-A da Colônia Zacarias de Goes, lotes estes integrantes da Reserva de Santo Inácio, localizada no município de Santo Inácio. Traz ainda o projeto de lei a exclusão da área de 13.3956 ha, constituída dos lotes n°s 8 e 8-A, da mesma subdivisão, onde estão situadas as ruínas da Redução Jesuística de Santo Inácio, que integra o patrimônio inalienável do Estado do Paraná.

O projeto de lei, teve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Terras, Imigração e Colonização.

Realmente, o projeto de lei é de inteira justiça. A área a ser doada, que atualmente integra os bens inalienáveis do Estado do Paraná, visava a preservação da cobertura arbórea primitiva ou nativa da região onde está situada a redução Jesuís-

tica de Santo Inácio. Pela depredação ocorrida, a mesma perdeu o seu objeto, e hoje é cultivada por famílias que lá se instalaram, mas que não foram as causadoras da destruição. Por outro lado, o projeto de lei preserva a área específica onde estão situadas as ruínas, preservando a cultura histórica do local.

Assim sendo, somos de parecer FAVORÁVEL a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 31.10.89.

(aa) RAUL LOPES - Presidente
RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 62/89

P A R E C E R:

Em face das justificativas apresentadas pela Mensagem Governamental n° 39/89, consubstanciado no Parecer n° 034/82, do Instituto de Terras e Cartografia - ITC, somos de PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei n° 62/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.89.

(aa) QUIÊLSE CRISÓSTOMO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI N° 62/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 39/89, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alienar aos seus ocupantes, os lotes 1 a 7, resultantes da subdivisão do lote 162-A, da Colônia Zacarias de Goes, lotes estes integrantes da Reserva de Santo Inácio, situada no município de Santo Inácio. Traz ainda o projeto de lei a exclusão da área de 13.3956 ha, constituída dos lotes n°s 8 e 8-A, da mesma subdivisão, onde estão situadas as ruínas da Redução Jesuística de Santo Inácio, que integra o patrimônio inalienável do Estado do Paraná.

Sobre a matéria manifestam-se favoravelmente as Duntas Comissões de Constituição e Justiça, de Terras, Imigração e Colonização e Cultura e Esporte.

No âmbito desta Comissão de Agricultura não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) SABINO CAMPOS - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

(O Parecer n° 034/82, encontra-se publicado no D.A. n° 12/89, de 22.03.89, às fls. 6).

Sobre a mesa, abaixo assinado de diversos Sindicatos sob n° 371, constante do expediente.- À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Requerimento de n° 364, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- A Mesa vai apreciar na Sessão de amanhã.

Requerimento de n° 373, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Cezar Silvestri, Dalton Machuca, Duílio Genari e demais Senhores Deputados, constante do expediente.

Requerimento independente de aprovação do Plenário.

A Mesa vai solicitar e vai encaminhar convite ao Senhor José Richa.

Requerimento de n° 374, de autoria do Senhor Deputado Nilton Servo, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Colombino Grassano, Rafael Greca de Macedo e demais Senhores Deputados, constante do expediente. - Em votação.

O requerimento é de alta indagação e a Mesa vai se informar junto ao Itamaraty, se é possível a presença da comissão no outro País, em Assunção, bem como o Banco Central do Paraguai.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir esse requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir, transfiro para amanhã a votação.

Aliás, a Mesa vai manter contato com o Itamaraty e com a Direção do Banco Central do Paraguai.

Justifica-se essa posição da Mesa porque a comissão pode se deslocar para Assunção e o Banco Central do Paraguai não permitir, porque é um Banco paraguaio.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

Apesar de que já foi anunciado por V.Exa, eu não entendi como ficou a questão do convite ao Senador José Richa, V.Exa. colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, trata-se de um convite e a Mesa vai encaminhar este convite. Não há problema de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de n° 370, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente.- Em Discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão, para próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 376, de autoria do Senhor Deputado Nilton Servo, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Erondy Silvério, Cezar Silvestri e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Eu estava retornando ao nosso gabinete da Liderança e não pude ouvir se foi aprovado por este Plenário um requerimento pedindo a dispensa de redação final para o Projeto n° 28/91, referente à APPAE de Foz do Iguaçu, já que o projeto foi aprovado sem merecer nenhuma emenda deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ao que me parece nenhum Deputado apresentou requerimento. V.Exa. pode requerer verbalmente e depois encaminhar o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, nós estamos requerendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a dispensa de redação final para o Projeto de Lei n° 28/91 conservem-se como estão. APROVADO.

Requerimentos de n°s 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 344, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 345, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 346, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 358, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 360, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 362, de autoria do

Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 366, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Retirado pelo autor.

Requerimento de n° 377, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 62/89.

Levanta-se a sessão.